



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

GABRIEL ARAUJO LOIOLA

**DOIS DEDINHOS DE PROSA SOBRE COLONIALISMO, CAPITALISMO,
RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA: reflexões para o Serviço Social brasileiro**

Rio de Janeiro
Junho de 2024

GABRIEL ARAUJO LOIOLA

**DOIS DEDINHOS DE PROSA SOBRE COLONIALISMO, CAPITALISMO,
RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA: reflexões para o Serviço Social brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação de Mably Trindade.

Rio de Janeiro
Junho de 2024

CIP - Catalogação na Publicação

L834d Loiola, Gabriel Araujo
 DOIS DEDINHOS DE PROSA SOBRE COLONIALISMO,
CAPITALISMO, RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA: reflexões
para o Serviço Social brasileiro / Gabriel Araujo
Loiola. -- Rio de Janeiro, 2024.
84 f.

Orientadora: Mably Jane Trindade Tenenblat.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2024.

1. Capitalismo. 2. Colonialismo. 3. Raça. 4.
Gênero. 5. Serviço Social. I. Tenenblat, Mably Jane
Trindade, orient. II. Título.

GABRIEL ARAÚJO LOIOLA

**DOIS DEDINHOS DE PROSA SOBRE COLONIALISMO, CAPITALISMO,
RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA: reflexões para o Serviço Social brasileiro**

TCC aprovado em _____ de 2024.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Mably Trindade (orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a Dra.^a Cibele Henriques
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^o Dr. Guilherme Almeida
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Sociais - CFCH
Escola de Serviço Social - ESS

ATA – BANCA EXAMINADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Estudante: Gabriel Araujo Loiola	DRE: 118165467
Título do TCC: DOIS DEDINHOS DE PROSA SOBRE COLONIALISMO, CAPITALISMO, RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA: reflexões para o Serviço Social brasileiro	

Composição da Banca

Presidente da banca/orientador(a): Prof.^a Dra Mably Trindade *Mably Trindade*

Membro da banca: Prof.^a Dra. Cibele Henriques

Documento assinado digitalmente
gov.br CIBELE DA SILVA HENRIQUES
Data: 01/07/2024 06:37:10-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Membro da banca: Prof.^o Dr. Guilherme Almeida

Guilherme Almeida

Parecer:

<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> APROVAÇÃO CONDICIONADA*	<input type="checkbox"/> REPROVADO**
--	---	--------------------------------------

Data de realização da banca

29 | 06 | 2024

* Em caso de “aprovação condicionada”, pontue as indicações da banca para o TCC, em parecer.

** Em caso de “reprovação” pontue as indicações da banca para o TCC e indique uma nova data para a realização de nova banca, em parecer.

OBSERVAÇÕES:

A banca examinadora indicou a inserção do trabalho no Pantheon (Repositório Institucional da UFRJ).



Av. Pasteur, n.º 250 – Campus Praia Vermelha, Praia Vermelha -
Rio de Janeiro, RJ - CEP 22290-240 Telefone: (21) 3938-5380 5432/ www.ess.ufrj.br

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho ao meu avô Amilton dos Santos Araujo.
Sua presença tranquila em minha vida trouxe ânimo,
alegria e amor. Obrigado por tudo!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelas oportunidades recebidas, pela vida e pela inteligência e por seus direcionamentos e milagres durante minha vida.

Agradeço aos meus pais, Julio Ângelo e Adriana, por todo amor e carinho recebidos, por todo incentivo aos estudos, à paixão pela literatura, por cada ajuda nas tarefas da escola, pois, sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Agradeço aos meus familiares, tios e tias, avós e avôs, primos e primas, pelas conversas, pelo interesse em conhecer o que eu estudo, por incentivar minha trajetória até aqui, pela amizade e pelos laços que criamos.

Agradeço ao meu namorado, Matheus Ignácio, que esteve ao meu lado em todos os dias, me ouviu falar sobre dezenas de livros e textos, me mostrou novos horizontes, me apoiou nos meus momentos de descrença e pouca esperança, foi um ombro amigo e um porto seguro, sempre presente. Te amo infinito.

Agradeço aos meus amigos: Diego Areas e Matheus Santos pelos conselhos, pelas risadas, pelo carinho, por estarem presentes mesmo quando estive distante. Aos meus amigos “de Manaus”, Letícia, Alexandro, Larissa, João, obrigado por tornarem uma fase difícil mais feliz, a companhia de vocês no Ensino Médio foi uma grande surpresa, e mudou minha vida, mesmo em pontos diferentes do país suas mensagens me animam, o bom-humor e irreverência me contagiam e me inspiram.

Aos meus amigos da UFRJ: Isabella Araujo, Pablo Juan, Monique, Ana Clara, Jéssica Garcez, Isabella, Slanny Tavares, Julia, obrigado pela companhia em todos esses anos, pelas trocas, pelas conversas, choros, festas, idas à praia, mensagens de esperança e tantas outras coisas que não cabem em palavras. Aos colegas da turma de 2018.1, desejo sucesso na carreira de cada um, que os objetivos e sonhos sejam alcançados, foi um prazer começar essa jornada com vocês.

Agradeço ao meu supervisor de estágio na RESSEGE e vice-diretor da Escola de Serviço Social (ESS), prof. ° Dr. Guilherme Almeida, em muitos momentos tudo que precisamos é de alguém que nos estenda a mão, e ele fez muito mais que isso, seus ensinamentos serão lembrados sempre por mim.

Agradeço à minha orientadora, Mably Trindade, seus ensinamentos me abrem os olhos e enriquecem a alma. Obrigado por me ouvir, me ensinar e me entender. Se um dia a maioria dos professores for como Mably, então, teremos uma universidade mais humana, acolhedora, empática, e muito divertida.

Obrigado a todos os professores e professoras, sem a paciência e dedicação de cada um deles seria impossível chegar até aqui, em especial as professoras e professores: Mossicléia Mendes, Tatiana Brettas, Cibele Henriques, Daniel Campos, Joana Garcia, Daniel Campos, Charles Toniolo e Jonathan Jaumont.

À banca de avaliação desse trabalho, pois, sem dúvida, suas sugestões, contribuições e críticas contribuirão, sobremaneira, para o aperfeiçoamento da versão final desse trabalho e, também, para pesquisas futuras.

Aos funcionários das secretarias e aos terceirizados, muito obrigado por estarem diariamente garantindo a nossa permanência na universidade, em meio a todas as adversidades, seguimos sempre juntos na luta.

RESUMO

Loiola, Gabriel Araujo. Dois Dedinhos de Prosa sobre Colonialismo, Capitalismo, Relações de Gênero e Raça: reflexões para o Serviço Social Brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Escola de Serviço Social (ESS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, junho de 2024.

No presente trabalho de conclusão de curso, pretende-se refletir sobre conceitos muito caros ao Serviço Social brasileiro – como colonialismo e capitalismo (ambos entrelaçados à raça) – e que podem contribuir, sobremaneira, com as reflexões acerca de gênero. Essas chaves de análises podem possibilitar, inclusive, proficuas reflexões sobre a construção social dos sexos, da categoria gênero e dos papéis que são culturalmente atribuídos a homens e mulheres. Logo, a construção de uma identidade masculina ou feminina passa obrigatoriamente pelas dimensões objetiva e subjetiva da constituição dos indivíduos, e dos aspectos não só biológicos, mas culturais, sociais e econômicos, se considerarmos a dimensão de totalidade que incide sobre a nossa formação, enquanto ser social. Com base no método de revisão bibliográfica, a pesquisa buscou analisar a presença de indivíduos dissidentes de gênero e sexualidade a partir do século XV, em especial no Brasil colonial, assim como o processo de controle político-social exercido pelo Estado-Igreja, suas consequências nos dias atuais e a atual posição que esses indivíduos ocupam socialmente. O referencial teórico concentra-se em autores e autoras feministas, marxistas, e decoloniais, do campo do Serviço Social e áreas afins. O objetivo precípua reside em compreender em que posição se encontram os estudos da temática no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o grau de compreensão dos graduandos sobre a temática e a defasagem causada por um déficit de conteúdo que impacta no atendimento a indivíduos LGBT.

Palavras-Chave: Capitalismo. Colonialismo. Raça. Gênero. Serviço Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
ESS	Escola de Serviço Social
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexual e Assexual
OTP	Orientação Teórico Prática
RESSEGE	Rede de Serviço Social, Sexualidade e Diversidade de Gênero
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRS	Teoria da Reprodução Social
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
GGB	Grupo Gay da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: O SISTEMA CAPITALISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	17
1.1 Aspectos gerais do capitalismo europeu.....	17
1.2 O traço profundamente conservador do capitalismo brasileiro.....	23
1.3 Colonialismo, capitalismo e racismo	25
1.4 A “questão social” no Brasil: da gênese desse debate à atualidade	32
1.5 Breves considerações sobre a emergência do Serviço Social no Brasil	37
CAPÍTULO 2: A CATEGORIA GÊNERO EM DISCUSSÃO	41
2.1 Os primórdios das discussões de gênero	41
2.2 As controvérsias e as inúmeras disputas em torno do gênero	46
2.3 Gênero, raça e classe: uma tríade indissociável	48
2.4 As políticas anti-gênero: medo e pânico moral	53
CAPÍTULO 3: A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA RESSEGE	60
3.1 Contextualização histórico-teórica do ensino superior	60
3.2 Uma breve análise institucional da RESSEGE	64
3.2.1 Objetivos da Rede	66
3.2.2 Dilemas e desafios cotidianos	66
3.3 Perfil da população usuária	67
3.4 O pioneirismo da Ressege na Escola de Serviço Social da UFRJ	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	7

INTRODUÇÃO

O capital é colonizador; a colônia lhe é consubstancial.
(Françoise Vergès, 2020, p. 41).

Inicialmente, neste presente trabalho de conclusão de curso, pretendia-se refletir especificamente sobre os papéis de gênero na sociedade brasileira contemporânea – uma sociedade, como se sabe, racista, violenta, escravocrata, misógina, conservadora, lgbtfóbica e cisheteronormativa – buscando compreender as antigas e novas configurações da reprodução social no sistema capitalista, decorrentes de um movimento recente de reivindicação de direitos igualitários para a livre expressão de identidade de gênero e sexualidade, assim como o direito ao casamento e ao exercício da constituição familiar.

Com tal propósito, buscava-se compreender as bases que fundaram o Estado capitalista brasileiro, estruturado em face de suas inúmeras e cíclicas crises. A pesquisa buscava expor, ainda, a partir de profícuos diálogos com José Paulo Netto (1996), Florestan Fernandes (2006), Werneck Sodré (1990), Caio Prado Jr (2011), João Manuel Cardoso de Mello (1994), Josiane Santos (2010), dentre outras referências importantes, algumas particularidades históricas da formação social do Brasil moderno.

Assim, ao nos debruçarmos sobre estas particularidades, percebemos a selvageria do colonialismo e do racismo, enquanto marcadores fundantes da sociedade brasileira. Tais marcadores são, por conseguinte, chaves de análise essenciais para a compreensão que se tem de gênero na contemporaneidade, dos papéis de gênero, da violência de gênero e, em especial, da violência que acomete a população LGBTI+¹.

Contudo, à medida que a pesquisa foi avançando com a apropriação teórica de algumas categorias como colonialismo, capitalismo, gênero, raça, dentre outras, concluímos, talvez, que esta não seja uma monografia exclusivamente voltada às análises de gênero, papéis de gênero, relações de gênero ou questões correlatas ao tema, mas, sobre conceitos muito caros ao Serviço Social – como colonialismo e capitalismo (ambos entrelaçados à raça) – e que podem contribuir, sobremaneira, com as reflexões acerca de gênero.

¹ Neste trabalho, optou-se por utilizar a sigla LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexuais), por ser mais utilizada no campo do ativismo, desde as conferências LGBT (I, II e III), realizadas a partir de 2008.

Essas chaves de análises possibilitaram, inclusive, profícuas reflexões sobre a construção social dos sexos e dos papéis que são culturalmente atribuídos aos homens e mulheres. Logo, a construção de uma identidade masculina ou feminina passa obrigatoriamente pelas dimensões objetiva e subjetiva da constituição dos indivíduos, e dos aspectos não só biológicos, mas culturais, sociais e econômicos, se considerarmos a dimensão de totalidade que incide sobre a nossa formação, enquanto ser social.

Sob essa perspectiva, chamamos atenção para a complexidade que, no capitalismo, atinge o processo de sociabilidade, uma vez que, impulsionado pelo trabalho como fundante da sociabilidade humana, os seres sociais, homens e mulheres, sem deixar de considerar a incidência de diferenças e de desigualdades nesse processo, se constituem afastando-se cada vez mais das relações naturais e orgânicas que também estão presentes neste processo.

Cumpramos destacar aqui que o Estado brasileiro, sob um capitalismo periférico e dependente é o país do globo em que mais se mata pessoas LGBTI+, especificamente as pessoas trans e travestis, segundo os dados do levantamento *Trans Murder Monitoring*² divulgados em 2023. Trata-se de um *ranking* que tem sido, infelizmente, liderado pelo Brasil, indicador este que traz à tona um ponto presente numa série de violações de direitos a qual a comunidade LGBTI+ é acometida.

Inúmeros agravos que ocorrem de forma integralizada diretamente, em curto prazo, carregam em si um processo de negação de sua existência, seja pela violência estrutural para consigo, seja pela não garantia de acesso às políticas sociais, o que faz com que as demandas em Saúde Mental desta população tornem-se frequentes nos serviços e equipamentos públicos nos quais o Serviço Social está inserido.

Ademais, a renda econômica, no modo de produção capitalista, sobretudo na fase neoliberal na qual vivemos, é um recurso crucial para a garantia da cidadania e, conseqüentemente, da Saúde Mental. Nesse sentido, a população LGBTI+ tem sido, historicamente, colocada à margem das políticas voltadas às expressões da “questão social”³ que atingem a classe trabalhadora – que, no Brasil, tem gênero e raça, como marcadores principais para se compreender as violações e opressões.

² Maiores informações estão disponíveis em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/>. Último acesso em 10 de junho de 2024.

³ Para Trindade (2014), o conceito de “questão social” não é unívoco. A autora (idem), contudo, assinala que uma definição clássica, pertinente e lúcida a seu respeito – além de muito difundida no Serviço Social brasileiro e latino-americano –, pode ser encontrada na obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de Yamamoto & Carvalho (2008). Algumas informações, entretanto, sobre a categoria serão apresentadas no capítulo 1.

Atualmente, as discussões sobre a categoria gênero e sobre as relações sociais entre os gêneros adquirem centralidade nas pesquisas acadêmicas em diferentes áreas de estudos, bem como o conceito de raça. Esta, no entanto, é uma realidade nova que impulsiona os processos investigativos e deve ser desvendada criticamente e com cuidado, levando-se em consideração o processo histórico que as coloca no auge das investigações.

Além disso, associa-se gênero às relações entre homens e mulheres e não raro é essa conceituação que ganha espaço na definição e nas ações não apenas no campo da pesquisa, bem como nos espaços institucionais, no desenvolvimento de projetos, programas e políticas que são desenvolvidos.

Por conseguinte, é urgente buscar a desmistificação dos papéis de homens e de mulheres e discutir o modo como se configura a desigualdade entre eles. Não obstante, revelar-se-á, para tanto, um elevado grau de complexificação do que vem a ser o gênero e das relações que ensejam cotidianamente a vida das pessoas, isto é, as relações sociais de gênero.

Todavia, não é a nossa pretensão descartar o papel das relações de gênero na vida social contemporânea ou substituí-lo por outra dimensão das relações sociais totalitárias, mas evidenciá-las enquanto um eixo complexo que se articula a outros eixos, incidindo no cotidiano da vida social e sendo por ele influenciado.

É importante mencionar, ainda, que a presente monografia tem profunda relação com as inquietações, dúvidas e angústias que emergiram durante a minha experiência de estágio na Rede de Serviço Social, Sexualidade e Diversidade de Gênero (RESSEGE). Trata-se de um Projeto de Extensão da Escola de Serviço Social (ESS), que será um pouco mais aprofundado no último capítulo da presente monografia.

Com relação ao percurso metodológico, a metodologia adotada privilegiou instrumentos e técnicas de investigação qualitativa, com análise bibliográfica sobre as temáticas aqui abordadas. Nesse sentido, a pesquisa acerca dos temas foi desenvolvida a partir de estudos e levantamentos bibliográficos e eletrônicos de artigos, dissertações, teses, livros e de periódicos, com o objetivo de analisar as especificidades de conceitos considerados tão relevante e caros ao Serviço Social brasileiro, sobretudo, numa sociedade racista, misógina, machista e conservadora, como a nossa.

Ademais, foram utilizados o diário de campo, o relatório de atividades, a análise institucional e o perfil da população usuária da RESSEGE, elaborados ao longo dos períodos de estágio obrigatórios e submetidos às disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP) I,

II, III e IV. Logo, todos os trabalhos acadêmicos produzidos para as referidas disciplinas contribuíram, sobremaneira, para a organização desse estudo.

Como se sabe, a pesquisa social exerce um importante papel na produção de conhecimento de um determinado objeto. As relações sociais produzidas pelos seres humanos, no processo de investigação, configuram um campo onde se insere a pesquisa social. Nesse sentido, todos os sujeitos participam da construção do conhecimento de um determinado objeto e o influenciam. De acordo com Minayo (2001, p. 13):

O objeto das Ciências Sociais é histórico. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social.

Com relação à estrutura do TCC, o presente trabalho de conclusão de curso foi estruturado em: introdução aos temas e objetos de pesquisa; três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, analisam-se brevemente alguns aspectos do capitalismo europeu, para, na sequência, compreender a formação social do Brasil, a partir do processo de colonização, com foco no século XVIII, bem como as consequências da escravização e a ideologia racista hegemônica na sociedade brasileira.

São debatidos, também, neste capítulo alguns elementos fundantes da emergência e constituição da “questão social”, considerada inseparável do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que tal processo produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras (NETTO, 2001). Além do debate contemporâneo da “questão social”, são discutidas muito brevemente a emergência do Serviço Social brasileiro e as implicações das atuais expressões da “questão social” na intervenção profissional.

O segundo capítulo, por sua vez, faz um breve resgate histórico acerca da evolução dos estudos de gênero e sexualidade, interseccionando com debates de raça, e suas atuais disputas e desafios na contemporaneidade. As políticas anti gênero e o medo de se debater questões afetas ao gênero também são abordadas neste capítulo.

O terceiro capítulo traz reflexões sobre a minha atuação enquanto estagiário na RESSEGE, a trajetória dentro do referido projeto de extensão, sua importância no âmbito do curso de Serviço Social, além de uma breve análise sobre os papéis de gênero na sociedade capitalista moderna e os desafios que o Serviço Social enfrenta dentro do tema.

Nas considerações finais destaca-se a importância de se investir nessa agenda de estudos para que a reflexão em torno desses temas possa contribuir para uma distribuição social igualitária em importância, em direitos, que os acadêmicos do Serviço Social se apropriem dos estudos da temática durante sua formação na graduação e possam conceber a questão do gênero e da sexualidade como uma das bases para a compreensão da sociedade atual, impactando sua atuação profissional, se tornando capacitados para trabalhar com um público que já sofre com a estigmatização.

Por fim, as principais referências teóricas que influenciaram a construção dessa pesquisa foram: Silvia Federici, Angela Davis, bell hooks, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Françoise Vergès e Judith Butler. Além das mencionadas intelectuais, foram utilizadas, também, as obras de Silvio Almeida, Clóvis Moura, José Paulo Netto, Marilda Yamamoto, Florestan Fernandes, Werneck Sodré, Caio Prado Jr., João Manuel Cardoso de Mello, Josiane Santos, dentre outros.

CAPÍTULO 1

O SISTEMA CAPITALISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Desde Marx, estudar a gênese do capitalismo é um passo obrigatório para ativistas e acadêmicos convencidos de que a primeira tarefa da agenda da humanidade é a construção de uma alternativa à sociedade capitalista (Silvia Federici, 2004, p. 13).

No presente capítulo, pretende-se abordar alguns aspectos centrais da constituição do capitalismo europeu e, em seguida, sua consolidação no Brasil. O capítulo busca expor, ainda, a partir de profícuos diálogos com José Paulo Netto (1996), Florestan Fernandes (2006), Werneck Sodré (1990), Caio Prado Jr (2011), João Manuel Cardoso de Mello (1994), Josiane Santos (2010), dentre outras referências importantes, algumas particularidades históricas da formação social do Brasil moderno

Nessa esteira, ao se debruçar nestas particularidades, o leitor e a leitora certamente vão perceber a selvageria do colonialismo e do racismo, enquanto marcos fundantes da sociedade brasileira.

Ademais, são discutidos, também, neste capítulo alguns elementos fundantes da emergência e constituição da “questão social”, considerada inseparável do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que tal processo produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras (NETTO, 2001). Além do debate contemporâneo da “questão social”, são analisadas muito brevemente a emergência do Serviço Social brasileiro e as implicações das atuais expressões da “questão social”, na intervenção profissional.

1.1 Aspectos gerais do capitalismo europeu

De acordo com Silvia Federici (2004), o desenvolvimento do capitalismo não foi a única resposta à crise do poder feudal. Em toda a Europa, vastos movimentos sociais comunalistas e rebeliões contra o feudalismo haviam oferecido a promessa de uma nova sociedade construída sobre as bases da igualdade e da cooperação.

Numa perspectiva decolonial, o comunalismo africano significa um modo de vida africano presente nas sociedades coletivistas deste continente, tem como características a autonomia, independência e senso de coletividade. As comunidades próximas relacionavam entre si, mas possuíam sua própria independência e autonomia, eram autogestionadas e todos os assuntos e

questões práticas eram gerenciados pela coletividade, todos os membros participavam direta ou indiretamente das decisões que afetavam o coletivo (MBAH & IGARIWEY, 2018)⁴.

De acordo com Mbah e Igariwey (idem), traços comunalistas ainda permanecem em diversas sociedades africanas até os dias atuais, geralmente em sociedades localizadas longe dos centros urbanos. Essencialmente, muito da África ainda é comunal em ambos os sentidos: cultural (produção/ formação social) e descritivo (estrutural):

Dentre as mais importantes características do comunalismo africano pode ser ressaltada a ausência de classes, isto é, de estratificação social; a ausência de relações de exploração ou de antagonismo social; a existência de acesso igual à terra e outros elementos de produção; igualdade no nível de distribuição da produção social; e o fato de que parentesco e laços familiares fortes formam (e formavam) a base da vida social em sociedades comunais africanas. Dentro deste quadro, cada casa estava apta a prover suas próprias necessidades básicas. Sob o comunalismo, em virtude de ser um membro da família ou da comunidade, todo africano tinha garantida uma quantidade de terra suficiente para prover suas próprias necessidades (MBAH & IGARIWEY, 2018, p. 40).

Voltando às reflexões de Federici (2004) sobre rebeliões contra o feudalismo, em 1525, sua expressão mais poderosa, ou seja, a “Guerra Camponesa” na Alemanha, ou, como Peter Blickle a chamou, a “revolução do homem comum” foi esmagada. Em represália, cem mil rebeldes foram massacrados. Mais tarde, em 1535, a “Nova Jerusalém” – a tentativa dos anabatistas na cidade de Münster de trazer o reino de Deus para a terra – também terminou em um banho de sangue (FEDERICI, idem).

Na América, o colonialismo deixou marcas estruturais em toda a sociedade, mesmo séculos após o seu início. Assim, desde o seu processo de instauração, é percebido o dispositivo da raça como um elemento crucial para a formação da sociedade de classes e da dominação via poder que se visava implementar no território, como foi o caso da América Latina, tendo em vista o caráter de ter sido nesta região impostas colônias de exploração e não de povoamento, também, como foi o caso dos Estados Unidos da América

Aníbal Quijano (2005) descreve como o ideal de raça que temos em mente teve origem com este período de colonização:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e

⁴ Informações mais aprofundadas podem ser encontradas na obra intitulada “Anarquismo Africano: a história de um movimento”, de Mbah e Igariwei, publicada em 2018.

identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, idem, p.117).

No Brasil, traços do colonialismo impregnaram nosso povo e, ainda, perduram na sociedade, tendo em vista sua expansão territorial, em relação aos demais Estados Latinos. Ademais, não foi somente o país para onde foi trazido o maior número de escravizados da África, como também, foi a última nação das Américas a decretar o fim da escravização.

O capitalismo, portanto, para sua perpetuação e consolidação mundial tem em suas bases a exploração da força de trabalho em duas esferas: a) produção, e b) reprodução. Na esfera da produção, a força de trabalho é explorada em sua totalidade, a força de trabalho essencialmente humana é utilizada para a confecção de produtos de infinitas variedades, na manutenção de fábricas, nos transportes de trabalhadores, em suma, aquilo que garante o exercício da atividade produtiva dentro de um sistema assalariado (MARX, 1985).

Segundo Marx (idem), é na força de trabalho que se encontra a capacidade de produzir mais valor, gerado pelo trabalho excedente e não pago pelo capital, garantindo, assim, sua fonte de dominação. Uma das – senão a essencialmente mais expressiva – formas de exploração da força de trabalho foram os processos de escravização nos territórios das Américas e do continente Africano, durante séculos de colonização.

Silvia Federici (2021. p. 216), sobre o assunto, assinala que foi a partir da escravização que uma linha de montagem global passa a existir e, com isso, se reduz o custo para a reprodução da força de trabalho na Europa, aumentando minimamente salários e diminuindo custo de mercadorias, que progressivamente vai tornando o salário como instrumento de acumulação.

Na esfera da reprodução, a partir das concepções da Teoria da Reprodução Social (TRS), analisa-se que a força de trabalho não se reproduz sozinha, isto é, não surge naturalmente, ela precisa de manutenção e de reabastecimento. Para os seres humanos realizarem suas atividades necessitam de força e energia, estas são provenientes de comida, descanso, limpeza, bem-estar físico e psíquico, itens que, essencialmente, encontram-se nos lares das famílias trabalhadoras (FEDERICI, idem, p.103).

Para Tithi Bhattacharya (2023), a TRS aparece nesse continuum como uma forma profícua de compreender as diferentes relações sociais que constituem a realidade concreta. Ao propor o resgate, em Marx, de uma compreensão ampliada da categoria “trabalho”, autoras e autores que se ligam à TRS indicam a urgência de reconsiderar o significado de “classe trabalhadora” numa perspectiva marxista que amplie a compreensão do conceito para perceber suas dimensões

generificada, racializada, diversa e geograficamente localizada em uma totalidade capitalista contraditória.

A ideia fundamental da TRS reside no fato de que, resumidamente, o trabalho humano está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo. A noção de trabalho é concebida aqui no sentido original pretendido por Karl Marx (1985), isto é, como “a primeira premissa de toda a história humana”.

O capitalismo, no entanto, reconhece o trabalho produtivo para o mercado como a única forma legítima de “trabalho”, ao passo que a enorme quantidade de trabalho familiar e comunitário que continua a sustentar e a reproduzir o trabalhador ou, mais especificamente, sua força de trabalho, é naturalizada como inexistente. Contrários a essa interpretação, os teóricos da reprodução social compreendem a relação entre o trabalho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo. A teoria procura, assim, tornar visível o trabalho analiticamente oculto pelos economistas clássicos e politicamente negado pelos formuladores de políticas (BHATTACHARYA, *idem*).

Nesse sentido, a TRS oportuniza a reflexão sobre as diversas maneiras pelas quais o momento neoliberal nos forçou a reavaliar a potência e a eficácia de certos termos anteriormente não contestados na tradição marxista. Categorias conceituais como “classe”, “economia” ou mesmo “classe trabalhadora” não podem mais ser preenchidas com aqueles dados históricos do século XIX que estavam disponíveis para Marx. Obviamente, isto não as invalida como categorias, porém, o nosso tempo histórico exige que nos envolvamos rigorosamente com essas categorias e que as façamos representar nossa própria totalidade político-histórica (BHATTACHARYA, *idem*).

Na obra intitulada “Da produção à reprodução: um olhar do feminismo crítico para o trabalho das mulheres”, publicada em 2020, Iriana Cadó (2020) destaca a significativa contribuição da última seção do Volume I de “O Capital”, denominada “A chamada acumulação primitiva”.

Segundo Cadó (*idem*), essa seção desempenha um papel crucial na interpretação do funcionamento do sistema capitalista, uma vez que é por meio dela que Marx (1985) indaga de onde se originou o capital e, mais especificamente, sobre quais bases ele se concretizou. A resposta, conforme Cadó (2020), reside na expropriação e na violência como fundamentos essenciais desse processo.

Ainda de acordo com a autora (*idem*), a primeira e significativa contribuição teórica das feministas marxistas sobre o trabalho que hoje entendemos como reprodução guarda relação direta com o fato de que “para existir um mercado de trabalho livre havia por trás um contingente enorme

de tarefas realizadas, que possibilitavam a concretização das condições para os sujeitos venderem sua força de trabalho, os chamados trabalhos de reprodução" (CADÓ, 2020, p. 69):

a atividade reprodutiva é absolutamente necessária à existência do trabalho assalariado, à acumulação de mais-valor e ao funcionamento do capitalismo como tal. Afinal, o trabalhador assalariado não poderia existir nem ser explorado na ausência do trabalho doméstico, da criação das crianças, da formação escolar, do cuidado afetivo e de um conjunto de outras atividades que produzem novas gerações de trabalhadores, repõem as gerações existentes e mantêm vínculos sociais e compreensões compartilhadas. Assim como a "acumulação original", portanto, a reprodução social é condição de fundo indispensável à possibilidade da produção capitalista (FRASER; JAEGLI, 2020, p.169).

Nessa esteira:

produzir a vida, tanto a sua própria, através do trabalho, quanto a vida do outro, através da procriação, nos aparece pois, desde agora, como uma dupla relação: de uma parte, como relação natural, de outra parte, como uma relação social – social no sentido da ação conjugada de muitos indivíduos, pouco importando em que condições, de que maneira e com que objetivo. Disto decorre que um modo de produção determinado (...) está permanentemente vinculado a um modo de cooperação determinado (...), e que este modo de cooperação é, ele próprio, uma 'força produtiva'... (MARX; ENGELS, 1998, p. 25).

Sem dúvida, ao percorrer os anais da história da humanidade, torna-se incontestável a notável metamorfose da condição feminina. De fato, as mulheres atravessaram uma trajetória distinta de inserção no mercado de trabalho, experimentando uma posição singular e, em grande parte dos casos, desigual, no que tange ao acesso aos recursos econômicos.

Esse espectro abrangente abarca não apenas a esfera profissional, mas, se estende a aspectos cruciais como o emprego, a propriedade de terras, os recursos naturais, a presença nos espaços de poder, a distribuição equitativa dos tempos de trabalho e as responsabilidades inerentes ao domínio doméstico (MARX; ENGELS, idem).

É inegavelmente relevante e revolucionário dedicar tempo à desmistificação da suposta "naturalidade" das relações e dos papéis de gênero na trama da sociedade capitalista. Ao direcionarmos nosso olhar, não apenas desafiaremos concepções profundamente enraizadas, mas também revelando uma estrutura essencial que serve como alicerce, e pilar estruturador, para o funcionamento desse sistema com todas as suas desigualdades e normas arbitrariamente impostas em relação ao gênero.

Com o advento do capitalismo e de suas atualizações a partir de meados do século XIX (FEDERICI, 2021, p. 103), que antes realizava majoritariamente uma forma de acumulação da indústria leve (produção têxtil) e se desloca para uma indústria pesada (baseada em carvão e aço), e dos ideais patriarcalistas de controle dos corpos, que tiram mulheres e crianças das fábricas, a partir da implementação das Leis das Fábricas, decorrente de uma série de reformas trabalhistas que visavam, dentre outros interesses, uma mudança na divisão sexual do trabalho.

Tais mudanças configuram como parte da transição do modelo de acumulação capitalista, que ao implementar novos maquinários e modernizar suas fábricas passa da extração do “mais valor absoluto” para o “mais valor relativo” (MARX, 1985), que em resumo pode-se definir como a extração do mais valor decorrente de um contingente muito maior de produtos comercializados, através de menos trabalhadores e menos tempo de fabricação.

Com isso, passa a ser responsabilidade da mulher, a mãe da família, realizar o trabalho doméstico não pago de manutenção e reprodução da força de trabalho e da mão de obra do capital. Cozinhar, lavar, educar, cuidar da saúde, ouvir as lamentações, dar prazer e procriar, abastecer as fábricas com novos trabalhadores fortes e prontos para o serviço.

É, portanto, impossível desassociar a produção e a reprodução da força de trabalho, uma vez que elas estão interligadas em um ciclo sem fim dentro de um sistema de exploração. Sem a reprodução não há trabalhadores, sendo assim não haveria salários, e sem o último não seria possível adquirir bens de consumo necessários para o trabalho doméstico.

De acordo com Silvia Federici (2021, p.101), colocar o trabalho reprodutivo como peça égide do sistema capitalista é também reconhecer a influência do mesmo na perpetuação de uma ideologia de destino e naturalização do papel da mulher e do homem na sociedade, sendo o papel da mulher naturalmente ocupar o trabalho doméstico.

Essa naturalização também se estende ao trabalho escravizado, que – ao longo de séculos – foi minimizado e desvalorizado, contribuindo para a sua legalização e normalização durante tantos anos, e que contribuiu para um pensamento racista e misógino seguir em vigor até os dias atuais.

Ainda segundo a referida autora (idem), para além disso, essa divisão dentro do capitalismo contribuiu para a criação de uma hierarquia de trabalho dentro da classe trabalhadora, onde os trabalhadores do sexo masculino garantem posição privilegiada, recebendo impulsos para se tornarem dominadores dentro das relações sociais e de gênero, incentivando o controle dos corpos femininos e de pessoas não-assalariadas.

Na contemporaneidade, essa dinâmica tem sido confrontada pelo estilo de vida moderna e o aumento do custo de vida, principalmente em países de capitalismo dependente. Em decorrência disso se aumenta o número de mulheres que além da jornada de trabalho doméstico também se inserem no mercado de trabalho formal e informal para complementar a renda de suas famílias, ou para prover a única renda, como chefes da família.

Segundo pesquisa realizada pela Infojobs (2024), 8 em cada 10 mulheres brasileiras, dentre 742 entrevistadas, realizam dupla jornada de trabalho. Além disso é enfrentando assédio e

discriminação, salários mais baixos e desvalorização, que elas persistem em sobreviver dentro desse sistema, além da misoginia ainda é preciso enfrentar o racismo, a transfobia e a LGBTfobia.

1.2 O traço profundamente conservador do capitalismo brasileiro

A partir de diálogos com José Paulo Netto (1996) – enriquecido com autores como Florestan Fernandes (2006), Werneck Sodré (1990), Caio Prado Jr (2011)., João Manuel Cardoso de Mello (1994), dentre outros – defende-se a existência de três ordens de fenômenos acerca das particularidades históricas da formação do Brasil moderno (SANTOS, 2010). A primeira delas é o caráter conservador da modernização capitalista no país. A segunda característica de destaque refere-se aos processos de “revolução passiva” e o terceiro fenômeno é a convergência das duas características anteriores, que resulta no específico desempenho do Estado na sociedade brasileira (SANTOS, *idem*).

Com relação ao caráter conservador da modernização capitalista, Netto (1996) assinala que na formação social brasileira, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas, mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

Na constituição do capitalismo no Brasil é irrefutável, portanto, a manutenção de características que vão se refuncionalizando ao invés de serem superadas pelo processo de modernização capitalista. O latifúndio, por exemplo, tendo sua origem datada nos marcos do Brasil Colônia, é uma desses caracteres “renovados” no interior da dinâmica capitalista brasileira e possui grande centralidade como determinante da “questão social” no país.

A dominância do modelo agroexportador resulta da conjugação de uma série de fatores de produção a baixo custo, especialmente a força de trabalho, que possibilitavam a produção de matérias-primas relativamente baratas. Assim, esses produtos podiam ser vendidos no mercado internacional por preços satisfatórios para quem os produzia e também para seus compradores, ou seja, os países capitalistas centrais, que tinham nesse mecanismo de acesso às matérias primas, um dos fatores que proporcionava a elevação das taxas de lucro.

Nessa direção, João Manuel Cardoso de Mello (1994) conceitua o capitalismo brasileiro de “capitalismo retardatário”. Para o referido autor, não basta admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, considerar que a industrialização capitalista na América Latina é específica e que sua especificidade está duplamente determinada: por seu ponto de partida, ou seja, as economias exportadoras capitalistas nacionais e por seu momento, no qual o

capitalismo monopolista torna-se dominante em escala mundial, isto é, ocasião em que a economia mundial capitalista já está constituída e consolidada. É a esta industrialização capitalista que o Cardoso de Mello (*idem*) denomina retardatária.

Ademais, por mais que o desenvolvimento capitalista posteriormente operado no país tenha possibilitado o ingresso na fase da industrialização pesada, o mesmo não implicou qualquer alteração significativa em relação à estrutura fundiária.

Como mencionado, a segunda característica de destaque entre as particularidades da formação do capitalismo brasileiro, segundo Netto (1996), são os processos de “revolução passiva” que peculiarizam uma recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política. Foi próprio da formação social brasileira que os segmentos e franjas mais perversos das classes dominantes sempre encontrassem estratégias e meios de impedir ou travar a incidência das forças comprometidas com as classes subalternas nos processos e centros políticos decisórios.

A socialização da política, na vida brasileira, sempre foi um processo inconcluso. De acordo com o referido autor (*idem*), por meio de dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção aberta, tais setores conseguiram que um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social.

Os processos de revolução passiva são estratégicos para enfrentar o que Francisco Weffort (1978, p. 17) vai denominar de “a tarefa trágica de toda democracia burguesa, ou seja, a incorporação das massas populares ao processo político”. É isso, afinal, que está em questão nos diferentes processos de revolução passiva, que podem ser enumerados na formação social brasileira: o capitalismo instituiu-se por aqui tentando minimizar os “custos democráticos” decorrentes do padrão civilizacional alcançado pela luta de classes, especialmente nas sociedades euro-ocidentais.

Carlos Nelson Coutinho (1999), por sua vez, assinala que as frações das classes dominantes intervêm nas medidas de atendimento dos interesses subalternos em jogo, quase sempre, pela via do Estado e ao arripio dos mecanismos democráticos instituídos ou, nos termos gramscianos, “pelo alto”, controlando o seu grau de abrangência. Daí advém a parcialidade das mudanças ocorridas, uma vez que se fazem pela “prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares”.

Para Josiane Santos (2010), fica evidente como os processos de revolução passiva determinam profundamente as expressões da “questão social” no Brasil posto que emolduram as lutas de classe, uma de suas mediações mais essenciais.

Por fim, a terceira característica particular do capitalismo na formação social brasileira, na análise de Netto (1996), aparece como convergência desses dois processos, resultando no específico desempenho do Estado na sociedade. Trata-se da sua particular relação com as agências da sociedade civil. A característica do Estado brasileiro, muito própria desde 1930, não é que ele se sobreponha ou impeça o desenvolvimento da sociedade civil, porém, consiste no fato de que a sua expressão, potenciada e condensada, tem conseguido atuar com sucesso como um vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfiguradora, seja pela repressão das agências da sociedade que expressam os interesses das classes subalternas.

Para Netto (idem), o que é pertinente, no caso brasileiro, não é um Estado que se descola de uma sociedade civil “gelatinosa”, amorfa, submetendo-a a uma opressão contínua; mas, um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos sociais alternativos.

1.3 Colonialismo, capitalismo e racismo

De acordo com Grada Kilomba (2019), o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada, que dói sempre, que, por vezes, infecta e, noutras vezes, sangra. É importante destacar que Achille Mbembe (2016), em seu conceito acerca da necropolítica, traz a questão racial e a questão dos territórios violentos (estrategicamente demarcados) como centrais para o discurso da biopolítica de Michel Foucault (1978-1979), que com sua análise dissociada de uma dependência capitalista sistêmica e do racismo estrutural operante faz-se impossível pensar a sociedade brasileira e suas expressões da Questão Social.

Como observado até aqui, é fato incontestado que o desenvolvimento econômico e político do Brasil consubstanciou-se de forma subordinada a interesses externos, em uma configuração histórica que restringiu a consolidação de garantias civis e democráticas de respeito à diversidade e combate às opressões de gênero e raça.

Urge, por consequência, defender a articulação entre as duas categorias para que se possa empreender um estudo decolonial. Isso significa que ainda há continuidade das relações coloniais de poder a partir das categorias de gênero, raça e classe e que não se pode falar em um momento pós-experiência do colonialismo, pois, a colonialidade é e continua a ser presente na relação entre países e entre países e sujeitos (LIMA COSTA, 2014, GOMES, 2018).

De acordo com Lugones (2014), a modernidade traduz a permanência da ferida colonial ao se invalidar, apagar e até negar a colonialidade de gênero, à medida que resiste em analisá-la e discuti-la sob o olhar de uma ontologia crítica. Ao ignorar a diferença colonial, o mundo moderno negocia – brutal e invasivamente –, as compreensões construídas de memórias históricas, que costumam ser rejeitadas, ignoradas ou adaptadas para o que convém e é cabível nos desígnios imaginários do viciado discurso hegemônico patriarcal.

Essa inversão acontece com um recorte unilateral de oposição da categoria de gênero, enquanto a estrutura racial conservadora branca permanece intacta. Logo, a aparência e essência da modernidade colonial é parte do processo histórico que se encontra na base das estruturas de dominação, no controle e na regulação dos sujeitos coloniais ao serem marcados pela raça e pelo gênero. Nessa esteira, Grada Kilomba (2019, p. 97) aponta que “nos discursos feministas ocidentais, o conceito dominante de “homem *branco* heterossexual” tornou-se “mulher *branca* heterossexual”.

Discutir a expansão do capitalismo e sua conquista sobre os territórios para além da Europa ocidental é necessariamente analisar o colonialismo, e por conseguinte, o racismo. Lélia Gonzalez, em seu ensaio “A mulher negra na sociedade brasileira” (2020), caracteriza o racismo “como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial.” (GONZALEZ, *idem*, p. 55).

A partir da assertiva de Lélia (*idem*), é possível inferir que o processo de colonização dos povos originários, provenientes do continente africano e povos indígenas originários das Américas e Oceania, que consistia na privação dos indivíduos por meio da violência e da coerção, da dizimação de suas tribos, de suas culturas, histórias e ancestralidade, foram precursores para a acentuação desses “processos de discriminação racial”.

A desumanização aguda e ataques brutais contra pessoas que antes viviam em liberdade e em igualdade revelam-nos a verdadeira face do capitalismo, aquele capaz de ir até o limite da humanidade em busca de domínio, poder e quantidade monetária sem fim, com o lucro acima de vidas alheias.

Segundo Federici, (2021, p.214-216), a colonização da América destruiu 95% da população nativa, com uma exploração da força de trabalho por meio da escravização que contava com taxas mais altas do que na exploração de trabalhadores na Europa. Segundo a referida autora (*idem*), o Brasil no século XVII exportava apenas em açúcar o dobro do valor que a Inglaterra produzia em lã, as plantações de cana-de-açúcar duplicavam suas produções a cada dois anos, e a extração de ouro e prata foi uma forte base para a solução da crise na Europa.

Outra contribuição para as soluções de problemas do capital foi o sistema de *plantations*, cuja exploração agropecuária fortaleceu o tráfico de escravizados e aumentou significativamente a acumulação a partir da exploração da força de trabalho.

Ainda segundo a referida autora (*ibidem*), esse sistema permitia ao capital integrar a indústria, os trabalhadores assalariados e a reprodução da força de trabalho europeia com a mão de obra escrava, mantendo uma separação geográfica e social, dificultando, assim, quaisquer movimentos em favor da liberdade desses povos e mantendo o domínio colonizador.

Dessa forma a produção com base no trabalho escravizado permitia uma comercialização de produtos por um preço inferior na Europa, transformando o salário de seus trabalhadores em peça ativa para a efetivação do valor de uso dessas mercadorias. Para Federici (2021), isso torna similar o valor do trabalho escravizado e o valor social e não reconhecido do trabalho reprodutivo feminino, não visível porém fundamental para a expansão e manutenção do sistema. Além disso, o sistema de *plantation* impulsionou a globalização e incentivou a contratação de mão de obra imigrante durante os séculos seguintes.

O capitalismo colonial trouxe consigo – em conjunto com a exploração da força de trabalho – o controle dos corpos, tanto fisicamente quanto socialmente, por meio da imposição da moral cristã europeia. Em nossos povos originários, a sexualidade já era explorada e aceita, cada qual na sua maneira particular, assim como em diversas culturas do continente africano, cujas sexualidades foram compulsoriamente podadas e controladas pelos colonizadores.

De acordo com Luiz Mott (2023), em 1551, o jesuíta Pero Correio já relatava sobre as “práticas nefandas” realizadas pelas mulheres em África, onde o mesmo diz que “a maior injúria que lhes podem fazer é chamá-las mulheres”. Já em 1557, o calvinista Jean de Léry relata que entre os indígenas Tupinambá também haviam praticantes do “pecado nefanda da sodomia”. Em 1593, há o relato do primeiro homem açoitado publicamente em razão de sua sexualidade, Marcos Tavares, de 22 anos, teve sua punição pelas ruas de Salvador.

Progredindo violentamente, em 1614 ocorre a primeira execução em razão da sexualidade (sodomita), o chamado Índio Tibira é assassinado por ordem dos capuchinhos em São Luiz, sendo reconhecido como o primeiro mártir dos dissidentes sexuais no Brasil.

Segundo Cássio Rocha (2023), é importante analisarmos a categoria da sexualidade no período colonial em acordo com a cultural temporal, portanto em seu artigo, e como aqui fazemos, é necessário colocar em perspectiva a categorização e pertencimento social e seus significados dentro do contexto observado.

Para Françoise Vergès (2020, p. 61), “o gênero não existe em si mesmo, ele é uma categoria histórica e cultural que evolui no tempo e não pode ser concebido da mesma maneira na metrópole e na colônia” ao pensarmos na homossexualidade, por exemplo, no contexto brasileiro atual temos como imagem um homem que se relaciona afetiva e sexualmente, não necessariamente de ambas as formas, com outro homem.

Esse homem pode ser cisgênero ou trans, pode ser preto, asiático, branco, indígena e ter uma infinidade de outros marcadores identitários, mas sua identificação principal para o observador ocorre por meio de seu comportamento, aparência física e demonstração pública de afetos, entre outros, mas como podemos concluir, são atributos visíveis e públicos, a partir de sua expressão de gênero.

A partir disso, podemos olhar para o período colonial entendendo que as afirmações e expressões de gênero ocorriam de maneira particular, e quanto à sexualidade, a mesma se expressava nos guetos e espaços ocultos da sociedade, tendo a escravização e o controle social se intensificando, e passando a se tornar uma realidade comum nesse âmbito para homens brancos e racializados.

Rocha (2023) segue informando que um conceito referencial a se fazer quanto a esses indivíduos refere-se ao homoerotismo, uma vez que nem sempre os praticantes possuíam uma identidade homossexual, a depender de “contextos culturais e históricos em que o binômio heterossexual/homossexual, como peça central do dispositivo da sexualidade é inexistente, inoperante ou não hegemônico” (ROCHA, idem, p. 61-62).

Em acordo com isso, utilizam-se, também, os termos sodomia e sodomita, para designar o ato e os praticantes do que os padres da Igreja Católica chamavam de libido, desejo e pecado. Segundo o referido autor (idem, p. 63), o significado foi se atualizando e se adaptando durante os séculos, sendo relacionado também à pecados como luxúria e fornicação, até ser associado ao ato do sexo anal homoerótico com ejaculação no interior do ânus.

Em decorrência deste histórico sócio-religioso, a perseguição aos chamados sodomitas em território colonial português pelo Santo Ofício ocorre com uma imagem cristalizada do que seriam os indivíduos a serem interrogados, com o que passa a ser chamada *sodomia perfeita*, não se limitando aos homens, mas, também, buscando-se por mulheres que realizassem práticas homoeróticas, cujo crime era tipificado como *sodomia foeminarum* (ROCHA, ibidem).

Continuando com a análise de um capitalismo colonial e suas relações com racismo e sexismo, e tendo os conceitos e contexto acima expostos, pode-se analisar um dos diversos relatos trazidos por Cássio Rocha (2023) em seu artigo.

No tópico “Violência, precariedade e desclassificação social de sodomitas na Minas setecentistas” (ROCHA, idem, p.71), há um relato de um homem, cirurgião, chamado Lucas da Costa Pereira, que se torna alvo da Inquisição portuguesa após estuprar José, jovem escravizado (por capitão Felisberto Caldeira Brant), de 14 anos, em Minas Novas do Paracatu, em 1746.

Segundo os registros, o crime foi unicamente reconhecido devido às marcas e hematomas que o jovem *mulatinho* (como foi designado racialmente) apresentou. Seguindo o registro, a investigação revela que Lucas já havia se relacionado homoeroticamente com outros homens escravizados, apenas não fica explícito se com o uso da força física.

Como explicitado pelo referido autor (idem), as marcas anais e o uso da violência caracterizam o período de escravização, e os hematomas e cicatrizes se expressam como forma de identificação de uma “dominação senhorial sobre o corpo de José, construindo-o como ente escravizado, desprovido de um senso de posse individual de si mesmo e, idealmente, tornando dócil à exploração de seu trabalho pelo sofrimento de castigos constantes e exemplares” (LARA, 1988, p.86-7; FOUCAULT, 2011, p. 131-61; REIS, 2008, p. 74 apud ROCHA, 2023, p. 72).

Aprofundando-se no relato, Lucas ao ser interrogado revela mais informações: praticava “atos de sodomia” há pelo menos 40 anos, iniciando ainda em Portugal, mantendo relações com um padre e frei, depois iniciando uma vida de nômade passa a se relacionar com homens livres e escravizados por cidades nos sertões da América, tendo relações com homens de diferentes posições sociais, e relatando ter sido paciente em uma dessas.

É interessante notar que ele recorda os nomes desses homens, padres, freis e frades, muitos vindo de famílias conhecidas nos povoados, mas com relação aos homens escravizados, tanto seus próprios quanto de outros, ele não o faz, com exceção de dois homens escravizados, Ignácio e Matheus. A partir disso, o registro discorre sobre suas procedências e penalidades, assim como seu desfecho: açoitado em público, enviado para a prisão por 10 anos, sendo libertado após 8, realizando trabalho forçado, em razão de sua idade de 70 anos. Sendo destituído e proibido de exercer cargos públicos e eclesiásticos, assim como seus possíveis descendentes.

Assim como o autor pontua, é interessante notar alguns fatores nesse relato: a vivência como nômade, que é justificada devido ao seu trabalho como cirurgião, mas se torna conveniente quando se é praticante de atos que são punidos criminal e socialmente; a relação de poder entre

raça, classe e sexo, quando devido a sua posição social o mesmo abusa de homens escravizados, sempre na posição de penetrador, usando a violência e a força para marcar suas ações e sua superioridade social, entretanto ao se relacionar com homens de posição social superior essa dinâmica é invertida e o mesmo assume posição de passivo.

A respeito da sexualização dos corpos pretos e dos símbolos de poder presentes na genitália masculina, Cibele Henriques (2021, p. 34) discorre:

No que tange à sexualidade, o controle dos corpos pelas genitálias, principalmente dos corpos negros, constitui-se como uma necessidade desse pacto da modernidade que transforma a genitália masculina branca em símbolo falocêntrico do poder e, em concomitante, os úteros como força motora da produção de novos corpos para o capital. Contudo, os corpos de negros/as que – objetificados e animalizados, esvaziados da sua humanidade – foram transformadas/os em corpos-mercadorias, em corpos públicos que foram violados sexualmente, portanto torturados fisicamente e sexualmente até a morte, em nome de uma ‘guerra justa’ – a expansão mercantil e o colonialismo capitalista.

Sendo assim, entendemos que as práticas sexuais são intermediadas pelo capital, tanto como forma de dominação quanto de produção, sejam corpos masculinos ou femininos, foi e é necessária a apropriação pelo capital, para garantir seus acordos e mediações entre os grandes proprietários de terras, empresários, enfim, capitalistas e a burguesia masculina branca.

Podemos relacionar essa inferiorização social na dinâmica sexual com o papel feminino no sexo, no qual em suma são colocadas em situação de passividade e recebimento do ato, em correlação com a inferioridade social atribuída as mesmas, a expressão da feminilidade no ato sexual é transferida ao homem socialmente inferior nas relações homoeróticas, ambas relações oriundas e fortalecidas pelo valor social que o capital atribui ao indivíduo masculino que exerce a função de dominador. Neste momento, não só se torna dominador no ato sexual, mas, também, nas relações cotidianas que serão administradas nos outros momentos, nas relações familiares e sociais.

Entretanto, é importante observar que ainda sendo inferiorizado pela sua atividade socialmente desviante, Lucas ainda foi mantido vivo, sua humanidade foi, dentro da lógica de uma moral cristã europeia, mantida, sua vida foi poupada.

Ser um homem branco pertencente à burguesia certamente o configurou de maneira favorável em seu processo de enfrentamento com a Inquisição. Mas, ainda assim, termina sua vida em rebaixamento social, sem posses, dinheiro ou reconhecimento na comunidade, sem exercer sua profissão ou ter direitos básicos garantidos, uma questão que podemos analisar pelo viés da sexualidade contemporânea, onde pessoas que fogem da cis-hetero-normatividade, mesmo pertencentes a branquitude e a burguesia, podem ter seus privilégios retirados, ou minimamente

desconfigurados, uma vez que sua marcação de gênero e sexualidade torna-se um obstáculo frente à validação que o capital impõe como padrão.

Para Sílvio Almeida (2018) e Domenico Losurdo (2006), o “sujeito universal civilizado” é fruto do projeto liberal-imperialista e do saber filosófico dos séculos XVI até o XVIII, que demarcam o que é humano e não humano, posicionando o homem branco (e, também) europeu como o único sujeito detentor de *status* de humanidade e de cidadania.

Almeida (2018) assinala, ainda, que a raça operou como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a destruição dos povos das Américas, África, Ásia e Oceania. Foram engendradas comparações e classificações dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas, biológicas e culturais fazendo emergir a distinção entre civilizado e selvagem.

Losurdo (2006), por sua vez, demonstra como a tradição liberal é o biombo que esconde a exploração dos trabalhadores na Europa e, também, a hierarquização do mundo em raças inferiores e superiores, cujo topo é ocupado pelas elites brancas europeias.

É indissociável, portanto, a interlocução entre esses fatores, especialmente quando nos debruçamos sobre as relações sociais de sexo direcionadas às mulheres escravizadas, em especificamente as mulheres negras, nas quais sua humanidade era retirada e lhes era atribuída uma animalidade, brutalidade e forças de forma ilógica, justificando abusos, estupros e violência física. Seus corpos passam a armazenar a força de trabalho para um capitalismo em expansão, suas mãos fabricam toda sorte de material, e em seus seios alimentam os filhos de seus algozes, e os seus próprios filhos, cujo futuro incerto possui a certeza da exploração.

Segundo Françoise Vergès (2020), essa ligação de poder e capital, e a propriedade sobre corpos, mantêm-se no atual sistema neocapitalista, segundo ela “essa economia dos corpos está historicamente ancorada na escravatura, período no qual o ventre das mulheres negras, cuja exploração é indissociável da reprodução social [...], foi transformado em capital”. (2020, p.19)

Em síntese, é possível afirmar que para aqueles pertencentes as minorias as marcas da colonização persistem em se materializar no cotidiano, através do racismo e das diferentes formas de discriminação, tornando uma dívida da humanidade na qual dificilmente será paga, a dor causada não é mensurável. Estar fora da cis-hetero-branca-normatividade traz marcadores que impactam na vida cotidiana de diversas formas, desde o trabalho doméstico ao assalariado com suas imposições de gênero e raça, a formação social física e cultural, as performances de gênero e pertencimento comunitário, que de grande importância é para os membros da comunidade LGBTI+.

Com uma constante negociação com o capital, que persiste em se apropriar de todas as formas de sociabilidade⁵, torna-se um verdadeiro campo de batalha entre capital e trabalho, e entre a própria classe trabalhadora, quando não se reconhece e deslegitima a luta interna. Ademais, quando pautas para além da categoria de classe/trabalho são apresentadas, há um indício da inferiorização tanto das sexualidades e gêneros, quanto de expressões e identidades, que divergem do padrão hétero-normativo.

Diante do que foi discutido até aqui, onde se situa a “questão social” – objeto de intervenção do Serviço Social? Quais tensões raciais, sobretudo, após a abolição e nas primeiras décadas do século XX? Como se compreende seus vínculos com a emergência da profissão?

Renata Gonçalves (2018) busca demonstrar que a questão racial se constituiu (e se constitui) como o nó que amarra a questão social. Para a autora (*idem*), desatá-lo é tarefa urgente para edificar um mundo sem exploração capitalista de classe, raça, gênero e sem opressões de quaisquer naturezas.

Lançar luz a este debate é tarefa para o próximo item deste capítulo.

1.4 A “questão social” no Brasil: da gênese desse debate à atualidade

Considerando as incursões até aqui realizadas – ainda que sumariamente – estão postas as condições para se pensar as particularidades assumidas pela “questão social” no capitalismo brasileiro, levando em consideração a herança do passado.

Conforme o afirmam as várias produções do Serviço Social no campo marxista, compreender a “questão social” é, sobretudo, considerar a exploração do trabalho pelo capital, derivando numa série de expressões distintas, tendo em vista a assertiva que remete à centralidade do trabalho na constituição da vida social.

A “questão social” emerge no Brasil na década de 1930, período em que o Serviço Social institucionaliza-se enquanto profissão, num contexto de intensa agudização dos movimentos de reivindicação da classe operária. O Estado era chamado a intervir, porém, diante de sua incapacidade de implementar políticas sociais eficazes, respondia a tais reivindicações com repressão policial. De fato, na referida década – período em que o Brasil passava por intenso

⁵ Não se pode esquecer de citar aqui as práticas de *pink money*, recurso no qual grandes marcas e empresas se utilizam do discurso da diversidade e inclusão para comercializar produtos voltados à comunidade LGBTQ+, sem haver uma real conexão com essas pessoas, sem posicionamento político ou apoio nas causas sociais que de fato impactam na vida desses indivíduos

processo de industrialização –, a violência estatal representava o mais eficiente instrumento de manutenção da ordem, necessária à acumulação capitalista.

À época, a sobrevivência do trabalhador dependia exclusivamente de sua força de trabalho e se vinculava ao mercado dominado pelo capital. Assim, o operariado inexoravelmente sucumbia à exploração desmedida dos capitalistas, que afetava, inclusive, sua saúde, pondo em xeque a sua sobrevivência. Com efeito, a população trabalhadora vivia em condições subumanas, amontoando-se em bairros insalubres, sem água, saneamento básico ou luz. O poder aquisitivo dos salários era ínfimo, de modo que, mesmo com o trabalho extenuante de todos os membros da família, a renda obtida era insuficiente para a sua subsistência.

Tamanha exploração ensejou a organização do proletariado na luta em prol de melhores condições de trabalho e pela defesa de uma vida mais digna, o que configurava ameaça aos valores mais sagrados da sociedade burguesa: a moral, a religião e a ordem pública. Este cenário exigia, portanto, a contenção das manifestações operárias e o controle social da exploração da força de trabalho.

Nesse período, consubstanciam-se concretamente as consequências do avanço do processo de industrialização e de urbanização no país. Assim, por um lado, os trabalhadores manifestavam seu descontentamento por meio de mobilizações, organizações, pressões e intensos protestos do movimento operário perante o empresariado e o Estado, constituindo, dessa forma, uma real ameaça à ordem estabelecida. Por outro lado, (e ao mesmo tempo), fazia-se presente a intervenção coercitiva e nefasta da burguesia que buscava impedir o acesso igualitário das classes trabalhadoras ao processo de socialização da política, da riqueza e dos bens de consumo, levando a classe operária a mergulhar numa imensa pobreza.

É importante destacar, todavia, que a pobreza, influenciada pelo pensamento da Igreja Católica, era compreendida como questão moral e de responsabilidade dos próprios sujeitos que a vivenciavam. Por consequência, sua abordagem pelos assistentes sociais, à época, era conservadora, individualista, psicologizante e moralizadora, encontrando no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento. Observa-se, assim, uma hereditária, estrutural e medular vinculação do Serviço Social aos preceitos do pensamento conservador.

Nesse sentido, para Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho (2008), a “questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Trata-se, de acordo com os autores (idem), de manifestação, no

cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

É fato incontestado, contudo, que o conceito de “questão social” não é unívoco. Pelo contrário, registram-se em seu entorno compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas. Para José Paulo Netto, o que a bibliografia tradicional do Serviço Social entende por “questão social” é um complexo de processos absolutamente indissociáveis do capitalismo. Dito de outro modo, o capitalismo é a produção e a reprodução contínua e ampliada da “questão social”, razão pela qual esta somente poderá ser superada mediante a ultrapassagem dos marcos capitalistas.

Netto assinala, ainda, que a “questão social” – sequela incontornável da ordem do capital – está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital e trabalho, isto é, a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da questão social, qual seja: na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, implica a intercorrência de componentes históricos, políticos, culturais, dentre outros. Para o referido autor, sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sociopolíticas e humanas está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos.

Na esteira de Netto (2001), Yamamoto (2011) defende que a “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista e, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital.

Assim, a gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, ou seja, o trabalho, bem como das condições necessárias à sua realização, assim como seus frutos. É inseparável da emergência do “trabalhador livre” que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades e lutas sociais, alcançando a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche, capital financeiro ou financeirização do capital (IAMAMOTO, *idem*).

Analisar a “questão social”, portanto, é discutir a divisão da sociedade em classes e a apropriação desigual da riqueza socialmente gerada. Dessa forma, torna-se imperativo colocar em pauta a luta pela apropriação da riqueza social, desafio que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente o mesmo por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômica social por natureza excludente e que, na contraditória conjuntura atual, assume novas configurações e expressões.

Observa-se, assim, que, do ponto de vista histórico, a “questão social” vincula-se estreitamente à exploração do trabalho e se apresenta, desde as suas primeiras manifestações,

medularmente conectada à exploração capitalista, à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social e por vencer a pobreza e as desigualdades sociais (NETTO, 2001).

Ademais, as manifestações das desigualdades e antagonismos que constituem a “questão social” encontram-se embasadas nos processos estruturais do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, uma vez que a questão social começa a adquirir estado público, as medidas utilizadas para enfrentá-la já não podem ser pensadas estritamente como mecanismos que contribuem para a acumulação do capital; pelo contrário, devem ser vistas como uma relação e uma mediação entre o Estado e a sociedade civil, que reflete sua dupla característica de coerção e de consenso, de concessão e de conquista (IAMAMOTO, 2001).

Como se observa, a análise da categoria “questão social” perpassa obrigatoriamente pela compreensão das tensões inerentes à relação entre capital e trabalho, o que se tentou realizar até aqui. Ademais, deve ser pensada, também, à luz das transformações políticas, econômicas e sociais que vêm ocorrendo nos últimos trinta anos nas sociedades capitalistas em seu estágio monopolista.

Inserida no universo de preocupações do debate contemporâneo do Serviço Social, a “questão social” tem sido um dos seus temas mais destacados e as razões dessa visibilidade são óbvias, visto que há um consenso entre analistas de variados espectros políticos que suas expressões diversificaram-se e foram ampliadas exponencialmente nos últimos anos.

Existe, contudo, uma premissa que nos debates do Serviço Social tem sido exaustivamente enfatizada: é preciso dizer de que “questão social” se está falando, mais precisamente, é preciso elucidar como se define a “questão social” e quais parâmetros teóricos e ideopolíticos determinam tal definição. A esta tarefa tem se dedicado boa parte dos pesquisadores da área envolvidos nesse debate e preocupados em balizar tais discussões a partir de uma diversidade de posições teóricas, dentre as quais se destacam as elaborações que se situam no leque da tradição marxista.

Nesse sentido, as particularidades da “questão social” aqui exploradas estão sendo analisadas à luz da exposição de seus elementos fundantes, ou seja, das características constitutivas do capitalismo brasileiro.

Tendo a “questão social” como objeto de intervenção, é imperativo que as assistentes sociais se debrucem sobre as diversas formas de expressão que ela ocasiona. Assim, é necessário incluir as questões de raça, sexualidade e gênero juntamente às questões de classe, pois cada uma delas representa diferentes formas de opressão e requer modos distintos de intervenção, a partir de uma análise crítica da realidade.

Ao olharmos para a origem da “questão social”, no contexto brasileiro, somos direcionados ao processo de colonização, no qual ao fim da escravização, nos termos da lei, temos um negligenciamento para com a população negra (GONÇALVES, 2018).

Aqueles que antes tinham sua força de trabalho explorada exaustivamente não foram incluídos dentro do sistema de trabalho assalariado, tendo suas existências marginalizadas, tanto socialmente quanto geograficamente, passando a residir em espaços alheios a metrópole composta pela elite e pela classe média, como atesta Gonçalves, “egressos(as) das senzalas, foram encurralados(as) nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas e compondo a grande franja de marginalizados(as) criada pelo modo de produção que surgia” (GONÇALVES, *idem*, p.515).

Como assinala Renata Gonçalves (*ibidem*), não foi sequer dada a oportunidade de se juntarem à classe proletária, ou sequer a compor o exército industrial de reserva, uma vez que “foram imediatamente tratados(as) como um perigo à ordem burguesa” (GONÇALVES, *ibidem*, p. 517). Esse processo pós-abolição é o início de um movimento mais agressivo e de uma tentativa de embranquecimento da nação brasileira, sendo justificada por meio de uma ciência racista e eurocêntrica, que via nos corpos racializados a inferiorização e repulsa, que tentavam camuflar em solo brasileiro pela falácia da democracia racial.

Ainda segundo a referida autora (2018), é resultado desse processo de mudança na sociabilidade da população negra que se ingressa, no alvorecer do século XX, a ação do Serviço Social junto às chamadas “*classes perigosas*” (IANNI, 1997), tendo nessa gênese grande influência da Igreja Católica e do Estado (GONÇALVES, 2018, p. 518). Ao estar nesse imbróglio social, as ações do Serviço Social intervêm de forma moralista, eugenista e doutrinadora, não enxergando a criticidade da realidade vivida, e corroborando com as justificativas de culpabilização dos indivíduos.

É possível inferir, a partir do exposto, que uma pequena parcela populacional enquadra-se nos padrões estabelecidos pelo capital, como aponta Guilherme Almeida (2013, p. 77, 78), “destacada uma pequena minoria da sociedade brasileira que pode ser considerada rica, branca, masculina, adulta, heterossexual, cisgênero e sem necessidades especiais ou doenças crônicas, o que sobra é quase toda a sociedade brasileira”

Ainda, segundo o referido autor (*idem*, p. 78), “reconhecer o racismo, o sexismo, a homofobia e todas as outras formas de discriminação, não é reconhecer o direito a reparações sofridas por ‘minorias’, é lutar pela melhoria das condições de vida de quem de fato constitui a

grande maioria da nossa população” e a partir da atuação profissional o/a assistente social cria caminhos, por meio dos aparelhos disponíveis, que possam incidir sobre tais fenômenos, os quais se inserem no campo da “questão social”.

1.5 Breves considerações sobre a emergência do Serviço Social no Brasil

O surgimento da profissão tem relação direta com o resultado dos projetos político-econômicos que, no curso da história, reproduzem material e ideologicamente os valores e interesses da classe hegemônica. Relaciona-se, aqui, a emergência do Serviço Social ao fato de o Estado ter tomado para si as respostas à “questão social”, no contexto histórico da sociedade do capital, em sua idade monopolista (NETTO, 1996).

Na esteira de José Paulo Netto, Charles Toniolo assinala:

(...) o Serviço Social se constitui como profissão no momento histórico em que os setores dominantes da sociedade (Estado e empresariado) começam a intervir, de forma contínua e sistemática, nas consequências da “questão social”, através, sobretudo, das chamadas políticas sociais (TONIOLO, 2008, p. 120).

A “questão social” é considerada por Iamamoto e Carvalho (2008) a base de justificação da profissão e compreendida pelos referidos autores (idem) como as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Trata-se de manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, levando a classe trabalhadora a exigir novas formas de intervenção para além da caridade e repressão.

Nos anos 1930, o Serviço Social institucionaliza-se no Brasil num contexto de intensa agudização das refrações da questão social. O Estado era chamado a intervir, porém, diante de sua incapacidade de implementar políticas sociais eficazes, respondia às reivindicações do proletariado com repressão policial.

De fato, na década de 1930, período em que o Brasil passava por intenso processo de industrialização, a violência estatal representava o mais eficiente instrumento de manutenção da ordem, necessária à acumulação capitalista.

À época, a sobrevivência do trabalhador dependia exclusivamente de sua força de trabalho e se vinculava ao mercado dominado pelo capital. Assim, o operariado inexoravelmente sucumbia à exploração desmedida dos capitalistas, que afetava, inclusive, sua capacidade vital. Com efeito, a população trabalhadora vivia em condições subumanas, amontoando-se em bairros insalubres, sem

água, saneamento básico e luz. O poder aquisitivo dos salários era ínfimo, de modo que, mesmo com o trabalho extenuante de todos os membros da família, a renda obtida era insuficiente para a sua subsistência.

Tamanha exploração ensejou a organização do proletariado na luta em prol de melhores condições de trabalho e pela defesa de uma vida mais digna, o que configurava ameaça aos valores mais sagrados da sociedade burguesa: a moral, a religião e a ordem pública. Este cenário exigia, portanto, a contenção das reivindicações operárias e o controle social da exploração da força de trabalho.

É no âmbito desse processo histórico que estão fincadas as raízes do Serviço Social brasileiro. Sua intervenção à época do surgimento, contudo, não se baseava em medidas emanadas do Estado, mas, como citado, da iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestavam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica.

Cumprir destacar que o Serviço Social é compreendido aqui como um “produto histórico” e não como fruto do desenvolvimento interno das formas de ajuda. Segundo Yamamoto (2008), o exercício profissional é polarizado pela luta de classes e, simultaneamente, configura atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista. Nessas circunstâncias, o(a) assistente social, ao mesmo tempo em que é chamado(a) a atender às exigências do capital, participa, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora.

Além disso, a autora compreende que os(as) assistentes sociais são convocados(as) não pelo caráter técnico-especializado de suas ações, mas, basicamente, pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador”. Em sua concepção, trata-se de um profissional de coerção e consenso, cuja ação recai sempre no campo político.

Numa perspectiva teórico-metodológica semelhante, José Paulo Netto (2008) reforça a tese histórico-crítica, afirmando que é na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais que se criam as condições histórico-sociais que permitem a emergência do Serviço Social como profissão na ordem burguesa e no capitalismo monopolista. Em outras palavras, não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, mas – e, sobretudo – a ruptura com as mesmas, razão pela qual não é um acidente cronológico.

Para o referido autor (*idem*), a “questão social” não determina, por si só, a gênese do Serviço Social; apenas confere uma base para a emergência da profissão quando se transforma em objeto de intervenção do Estado burguês. Tal intervenção é instrumentalizada pelas políticas sociais, que, com suas medulares dimensões e por constituírem conjuntos de procedimentos técnico-operativos, requerem agentes técnicos, isto é, assistentes sociais, para sua formulação e implementação.

Nesse sentido, a formulação e a implantação das políticas sociais, próprias desse novo estágio da ordem socioeconômica, estimulam a criação de diversas novas profissões “especializadas”, dentre as quais o Serviço Social, que aparece para desempenhar seu papel, ocupando, na divisão sociotécnica do trabalho, posição subordinada e vinculada à execução terminal das políticas sociais.

Netto (*idem*) igualmente assinala que a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade. Com efeito, a gênese da profissão como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada vincula-se inexoravelmente à dinâmica da ordem monopólica.

No momento de sua emergência, o Serviço Social atua nas políticas sociais com funções meramente executivas, também chamadas de funções terminais. A concepção e o planejamento das políticas sociais ficavam a cargo de outras categorias profissionais e dos agentes governamentais.

Por conseguinte, ao Serviço Social cabia apenas executá-las, na relação direta com os “indivíduos, grupos e comunidades” que de algum modo eram atendidos pelos serviços sociais públicos. Temos aqui a clássica separação entre trabalho intelectual (quem pensa as políticas sociais) e trabalho manual (quem executa as políticas sociais). (NETTO, 1996; TONIOLO, 2008).

Há também que se pontuar o modelo atual da acumulação capitalista, como elucidada Iamamoto (2001), ao discorrer sobre a “questão social”, as mudanças na indústria com o aumento da substituição da produção nacional pelo aumento das importações, o aumento da dívida pública, pagamentos de juros, ampliando o déficit econômico (*idem*, p. 19); bem como as mudanças na esfera da produção, com trabalhadores realizando multitarefas em consequência da expectativa de redução de custos.

Ademais, Marilda Iamamoto (*idem*) destaca um contexto que se complexifica ao nos situar na uberização do trabalho e na redução de direitos⁶; a ofensiva neoliberal que busca garantir o capital necessário para sustentar indústrias internacionais em detrimento de recursos voltados para a

⁶ Para um aprofundamento nas relações trabalhistas no atual cenário tecnológico recomenda-se a consulta ao IV Volume de “Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida” (ANTUNES, 2019).

população em miséria; e por fim os modos de sociabilidade, “uma lógica pragmática e produtivista erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia, e eficiência em critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade” (IAMAMOTO, idem, p. 21).

Ainda de acordo com Iamamoto (2001, p. 21), “a globalização do capital globaliza também a ‘questão social’, atingindo não apenas os países pobres que lideram o ranking mundial da desigualdade, mas espalhando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo as características nacionais”.

Cumprir destacar que, na atualidade, a visão do Serviço Social sobre a “questão social” já não se constitui da mesma forma. A partir dos processos de atualização da profissão, do processo de reconceitualização e de um projeto ético-político que combate a culpabilização e reforça a defesa de uma sociedade igualitária, sem discriminação, bem como na defesa de um pluralismo no âmbito profissional (CFESS, 1993).

Em conjunto com as questões raciais e de classe, a sexualidade e as questões de gênero delimitam formas e expressões de diferentes manifestações da “questão social”, resultados da LGBTfobia, cuja consequência nefasta coloca o Brasil como o país com o maior número de morte decorrente desse preconceito (GGB, 2024), e do sexismo, cujas práticas resultam em profundas marcas aos indivíduos, e no conjunto social a qual eles se inserem.

CAPÍTULO 2

A CATEGORIA GÊNERO EM QUESTÃO

*Estranho se opõe a norma
que pressupõe ordinário
que impõe compulsório
A norma é tão somente convenção convencida
de sua ilusão
de tanta repetição
Desilusão é
percepção sem enganar sentidos e mente
é romper os padrões
de repulsa
(Daniel Toledo)*

A partir das reflexões expostas até aqui, será possível – em nossa humilde concepção – começar a discussão da categoria gênero e a sua importância enquanto uma das chaves de análises fundamentais para se compreender as relações em sociedade.

Ademais, o capítulo percorre, também, as controvérsias e disputas em torno do gênero e das relações LGBT+.

2.1 Os primórdios das discussões de gênero

O que é gênero? Responder essa questão está além da biologia ou da medicina. Atualmente, podemos pensar gênero como o resultado de uma série de acontecimentos, reflexões, imposições e disputas que ocorreram ao longo da história da humanidade.

A dominação cristã sobre os corpos e sobre a sexualidade durante a Idade Média, a colonização de povos entre os séculos XVI e XX e a expansão capitalista que se perpetua até os dias atuais são alguns dos importantes marcos históricos que contribuíram para a concepção de gênero (FEDERICI, 2004; VERGÈS, 2020)

Para além de dizer que gênero é “masculino e feminino”, tal conceito pode ser definido como as demarcações sociais que cada indivíduo é imbuído desde o momento de seu nascimento e que são reforçadas durante a vida.

Nesse sentido, após o nascimento, a medicina identifica aquele ser como sendo do sexo feminino ou masculino. Cria-se, assim, um universo de imposições sociais que partem de diferentes esferas da cultura: usar roupas de cores específicas, brinquedos, ambientes, comportamentos, escolhas profissionais, escolhas afetivas, dentre outras que seguirão sua vida.

Entretanto, nascer e ser designado biologicamente com determinado sexo não é necessariamente a expressão de gênero daquele indivíduo. Ao menos esse seria o ideal, que os indivíduos fossem plenamente livres para se expressarem da maneira como desejarem.

Como assinala Saffioti (2004, p. 160), é preciso aprender a ser mulher ou ser homem, uma vez que o feminino ou masculino não é algo dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, mas, tem sido construído historicamente pela sociedade. E isso pode ser aplicado a todos os gêneros, sejam homens ou mulheres, pessoas não-binárias ou de gênero neutro, e outros que podem legitimamente existir.

É necessário, portanto, pensar como estamos socialmente sendo direcionados a corresponder expectativas sociais em relação ao gênero. Aqui, incluímos o patriarcado, o racismo, o colonialismo, o sistema capitalista que engloba todas essas esferas e coordena cada peça em prol de um funcionamento socialmente necessário, que têm a regulação dos corpos como um dos pontos centrais.

Pensando, por exemplo, a situação da mulher contemporânea, há uma aceitação maior quanto ao fato de uma mulher trabalhar fora de casa, construir uma carreira e almejar conquistas para além dos muros de casa. Contudo, essa aceitação não é total, é condicionada a uma expectativa de concessões e entregas. Logo, é aceitável a mulher trabalhar em uma empresa, mas ela também deve saber cuidar da casa, cozinhar, limpar, organizar, ter um instinto materno, dentre outras funções e papéis sociais designados historicamente ao universo feminino e que são naturalizados pela sociedade.

Quando a mulher se nega peremptoriamente a atender essa expectativa e se coloca suas próprias metas, essa suposta aceitação é brutalmente reduzida, em diversos níveis, e se acentua quando existe um relacionamento afetivo-sexual.

Outros fatores que levam a essa mudança são a sexualidade que essa mulher expressa, a que grupo social ela pertence, sua cor, seu local de moradia, sua ancestralidade, tudo que torna cada mulher única e por isso atinge a cada uma de um modo. E a cada ano, década, período, essas engrenagens aperfeiçoam-se e se tornam intrínsecas a um modo de viver frenético e acelerado de forma tal que se torna natural havê-las em nossas vidas, e quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas (SAFFIOTI, 2005, p. 138).

Assim, também os homens são conduzidos e levados pelo mesmo sistema, como peça importante para a perpetuação do patriarcado, como fundamentos da dominação. Por conseguinte,

são reprimidos emocionalmente, encorajados física e agressivamente, incentivados nas mais diferentes áreas da vida social e familiar, a serem líderes, críticos, a deter um poder, um poder que caso não esteja no seu ofício vai estar dentro de casa, subjugando e colocando suas necessidades a frente dos outros membros da família.

E quando um homem se desvia desse caminho traçado, outras setas lhes são apontadas, sendo a mais comum o direcionamento de aspectos femininos a sua pessoa de forma negativa e diminuída, a partir de outros homens, em uma óbvia referência de suas percepções sobre as mulheres.

Tais aspectos se intensificam, também, quando esse homem não é hétero, pois, há uma ruptura social que divide os homens héteros dos “outros”, uma inferiorização e um afastamento que leva à violência e à discriminação, por meio da LGBTfobia, assunto que será tratado posteriormente. Assim como as mulheres e outros indivíduos, essas rupturas e violências se intensificam de acordo com demais marcadores sociais que o indivíduo expresse e pertença.

Essas relações tênues e entrelaçadas contribuem, ainda, para uma divisão sexual do trabalho, cada vez mais complexa e de alto grau de funcionalidade dentro do capital; afinal, como romper e não contribuir com a exploração e a dominação quando se está dentro dele, sendo uma pequena parte lutando diariamente pela sobrevivência?

As mulheres não apenas precisam empenhar sua força de trabalho nas ruas, no mercado irregular e ambulante, nas fábricas e escritórios, nos bares e cinemas, por todo globo, mas também precisam reproduzir a força de trabalho e realizar a manutenção dos seus entes mais próximos.

E essa função independe de sua orientação sexual, raça ou classe (é evidente que em níveis diferentes a exploração se expressará de forma diferente). Na contemporaneidade, esses aspectos ainda permanecem de forma majoritária na vida das mulheres, mas também é importante pontuar como o homem não-hétero e os homens trans participam desse momento e como suas atividades refletem uma necessidade capitalista, porque se não respondem a uma expectativa social quanto à normatização dos corpos masculinos e suas performatividades, então eles se adaptam aos signos femininos ou encontram dentro de suas vivências e identidades uma forma não-padronizada de expressão de gênero?

Também é relevante pensar, caso a resposta seja a segunda afirmação, a efetividade do capital em se adaptar a essas diferentes formas de expressões, uma vez que pode haver uma expressão fora da norma, mas ainda assim ela estará integrando o sistema e fazendo a roda girar.

Nessa esteira, Silvia Federici (2021) alerta que é necessário pensar uma perspectiva de gênero sobre a história do capitalismo, para além da “história das mulheres” ou da história do trabalho assalariado.

É importante e relevante pensarmos as formas com as quais o capital nos gere e nos faz gerar, como estamos interligados em todas as áreas sociais e culturais em função de um sistema que não nos quer como parte que goza de seus benefícios. Pensar em gênero e sua conceituação, pensar nas relações sociais de sexo, nas categorias de raça e sexualidade, na categoria trabalho, é fundamental para entendermos como se engendra um modelo de vida que nos suga, inclusive nossas identidades (FEDERECI, idem).

É interessante observar que, a despeito da enorme visibilidade atual do conceito de gênero, pouco se conhece sobre as suas origens e seus primórdios. O psicanalista e psiquiatra norte-americano Robert Jesse Stoller (1924-1991) foi o pioneiro do uso do termo “gender” no contexto psicanalítico. Stoller ficou conhecido no Brasil por seus estudos a respeito da Transexualidade.

Em Stoller, sexo refere-se a estados biológicos: genética, caracteres primários e secundários do sexo; aparato anatomo-fisiológico, endócrino e cerebral. Gênero, por sua vez, diz respeito a um conjunto de fenômenos como sentimentos, pensamentos, comportamentos e fantasias relacionados à masculinidade e à feminilidade; e não apresenta nenhuma ancoragem biológica.

Sexo e gênero não andam necessariamente lado a lado; um pode se desenvolver a despeito do outro. John Money foi o primeiro teórico a utilizar o termo gênero no sentido de relacioná-lo às diferenças entre o sexo anatômico e o que ele considerava o sexo psicológico.

Robert Stoller, por sua vez, começou estudando os casos de intersexo nos anos 1950. Somente na década de 1960 utilizou o conceito de gênero em suas pesquisas sobre Transexualidade. Na esteira de Stoller, o psicólogo e sexólogo norte-americano John Money também começou a utilizar o conceito, mais precisamente em 1955.

Em 1975, Gayle Rubin usa este conceito pela primeira vez no âmbito das teorias feministas. Se cabe à Stoller o pioneirismo de usar gênero na área da psicanálise; coube a John Money a sua inserção no campo conceitual científico.

Entra em cena, nesse momento, a teoria feminista, que enxergou a importância do conceito de gênero para sua tentativa de desnaturalização das relações de poder estabelecidas entre os sexos, importando-o ao seu arcabouço teórico.

As feministas, então, desenvolveram o conceito de forma brilhante e subversiva,

relacionando-o com questões políticas amplas, mostrando a normatividade inerente às relações de gênero, denunciando como inúmeras categorias do pensamento ocidental moderno pautam-se em valores masculinos, e se pretendem naturais.

Cabe lembrar, no entanto, que a percepção de que o sexo anatômico não é o elemento definidor do que chamamos de masculinidade e feminilidade é algo que antecede muito a Money.

Nesse sentido, para se ter uma ideia, a precursora do chamado feminismo político, Mary Wollstonecraft (1759/1797), já denunciava em 1792, em seu livro “Uma reivindicação dos direitos da mulher”, que as diferenças intelectuais e de papel social entre homens e mulheres resultavam da educação diferente dispensada a cada uma dessas classes, contrariando as teorias de sua época, segundo as quais tal desigualdade era resultado de fatores biológicos ou mesmo de desígnios divinos.

De todo modo, é fato que Money conseguiu, ao forjar o conceito de gênero, catalisar e formalizar tal anseio histórico que se intensificava em sua época com o crescimento de estudos e movimentos cujas temáticas principais relacionavam-se à identidade sexual, de um ponto de vista seja psicológico, seja político.

Para Joan Scott (1990), o conceito de “gênero” começou a emergir entre as feministas americanas, que insistiam no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

O referido conceito indicava uma enorme rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, sublinhando ainda o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. Dito de outro modo, o termo “gênero” foi utilizado para romper a estreiteza e o isolamento dos estudos centrados na questão da mulher (SCOTT, *idem*).

Ainda segundo Scott (*idem*), o gênero pode ser compreendido basicamente como relações de poder que se estabelecem entre mulheres e homens; relações estas que são social e historicamente constituídas.

Compreender gênero pressupõe, também, compreender a articulação existente entre as diversas categorias – classe, raça/etnia, geração, orientação sexual, religião, dentre outras – que nos conduzem a perceber e a conceituar as relações de poder sendo, portanto, capazes de constituírem categorias-chave para a abordagem dos fenômenos sociais que cercam a vivência de homens e mulheres.

De acordo com Mably Trindade (2019, p.83), “ao conceituar gênero, tanto Joan Scott (1999) quanto Judith Butler (2015) – a partir de uma perspectiva construcionista social, altamente influenciada por Michel Foucault – destacam que sexo e gênero são, em primeiro lugar, formas de

saber, isto é, conhecimentos a respeito dos corpos, das diferenças sexuais e dos indivíduos sexuados”.

Ainda segundo a referida autora (*idem*, p. 84):

Butler ao se debruçar sobre os estudos de sexo e gênero, afirma que gênero é uma identidade construída ao longo dos últimos anos, a partir de uma repetição estilizada de atos e da estilização do corpo. Em uma tentativa de aproximar tal compreensão do pensamento foucaultiano, observa-se que, para Foucault (1999b), um dos principais objetos da sujeição seriam os corpos e as vivências que deles derivam. Parece óbvio, portanto, que um dos pontos de interseção entre ambos são os contínuos processos de sujeição – em especial pelas práticas discursivas – de corpos, gestos e comportamentos.

Para Trindade (2019, p. 85) “o encontro entre Butler e Foucault pôde propiciar novas perspectivas analíticas para a compreensão de fenômenos dinâmicos e complexos como as relações de gênero e a sujeição dos corpos”.

O conceito de gênero permite escapar às definições que recorrem à natureza e à predestinação de cada sexo – divina ou biológica – para alcançar as relações entre os sexos, tipos de feminilidades, de masculinidades e de sexualidades construídas pelas sociedades.

Já Suely Almeida (1997) defendia a importância de não se considerar gênero como um campo específico de estudos, mas como uma categoria que potencializa a apreensão da complexidade das relações sociais.

De acordo com a referida autora (*idem*), as relações de gênero – cuja compreensão perpassa, obrigatoriamente, pela análise de determinados processos políticos, econômicos, religiosos e culturais – apresentam-se como um dos fundamentos da organização da vida em sociedade.

2.2 As controvérsias e as inúmeras disputas em torno do gênero

Conforme Butler (2015), o conceito de gênero não deve ser compreendido de maneira clássica, isto é, como uma construção social puramente abstrata que organiza os modos de educar, modelar e interpretar os corpos “naturais”, os tais “sexos”. Segundo a autora (*idem*, p. 25):

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez, o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.

Para a autora (2015), a inteligibilidade social exige que os corpos apresentem obrigatoriamente uma correlação linear entre sexo, gênero e orientação sexual. Assim, um sujeito cujo corpo tenha sido designado ao nascer como pertencente ao sexo masculino deve,

necessariamente, apresentar-se na sociedade como de gênero masculino e seu objeto de atração sexual ser uma pessoa de sexo e gênero opostos, ou seja, uma mulher com traços femininos.

Nesse sentido, o sexo não é uma condição estática, tratando-se, como assinala Judith Butler (2002a, p. 18), de “uma construção ideal forçosamente materializada através do tempo”.

Sendo assim, a compreensão dos conceitos de sexo e gênero emerge em meio a um complexo cenário de tensões e disputas, mobilizando atores ligados a diferentes instituições e campos do saber.

No campo do Serviço Social – profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, situada no processo de reprodução das relações sociais que intervêm em diferentes contextos com intuito de viabilizar os direitos sociais – a autora Carla Almeida (2011) colabora com o desenvolvimento de estudos de gênero na área, de forma a estimular que sejam considerados os contextos sociais, históricos e culturais, quando se trata de abordar experiências marcadas por gênero.

Em suas produções, é evidente o questionamento da ideia de que o corpo constitui a base sólida e fundante do gênero, uma vez que tais instâncias não são mais estáveis ou sólidas. Assim, Almeida (idem) provoca em sua escrita o tensionamento entre o determinismo biológico e o construtivismo social.

Para isso, a referida autora (2011) quase desenha entre suas palavras uma linha do tempo de forma a expor a invenção do sexo por meio de Laqueur (2001), explicitando que até mesmo entre os que utilizavam o fundamento biológico como argumentos em seus debates, as mudanças nas conceituações e definições se fazem presentes, assim, promovendo uma reflexão.

Dessa forma, observa-se por meio dos estudos de Thomas Laqueur (idem) e Michel Foucault (1999) as transformações no modo de representar o corpo ao longo do tempo, desde a consideração do sexo único até a construção do dimorfismo sexual e os fatores necessários para que isso acontecesse – não só a filosofia que estuda a natureza, a epistemologia, mas também uma circunstância política, tal qual a articulação do discurso sobre sexualidade a uma narrativa de produção do sujeito e da ordem social, como ocorrido durante o Iluminismo a partir da definição do que é “ser masculino e ser feminino”.

Assim, somos levados a refletir acerca de uma ‘relação direta’ estabelecida entre corpo e gênero. Os estudos de Laqueur (idem) e Foucault (idem), junto com outros autores citados no decorrer desse item, revelam os distintos modos de significar e interpretar o corpo e o gênero num intervalo temporal, mostrando-se como não fixo e estável, mas construído historicamente e, por

consequente, sujeito a novas narrativas.

De acordo com Araújo (2001), a união que associa amor, sexualidade e casamento é uma invenção da era burguesa. O amor-sexual, amor-paixão, como fundamento do casamento, emergiu na Modernidade⁷ e, com ela, trouxe um elemento revolucionário, pois enunciava uma nova ordem das coisas.

Nesse cenário, o amor vai percorrer uma longa trajetória até chegar à condição de força irresistível, sempre pronta a desembocar no casamento, como capturaram as telas de Hollywood. Passando pelo impulso dramático shakespeariano, no século XVI, essa trajetória tem seu ponto de chegada no século XVIII, no bojo da revolução burguesa e nas ideias de liberdade individual. Em torno do novo ideal de conjugalidade instaurado, criaram-se muitas expectativas e idealizações, entre elas a ideia de casamento como lugar de felicidade onde o amor e a sexualidade são fundamentais (ARAÚJO, *idem*, p. 7).

Desde então, a instituição casamento, moldada pelas determinações econômicas, sociais, culturais, de classe e gênero tem assumido inúmeras formas. Atualmente, os mesmos movimentos de mudança levam os casais a reverem suas idealizações sobre o casamento, o amor e a sexualidade. Novas formas de amar e se relacionar estão sendo construídas para responder às exigências de uma sociedade na qual os valores e as regras econômicas e sociais estão sempre em mutação.

2.3 Gênero, raça e classe: uma tríade indissociável

Raça, classe e gênero configuram um conjunto indivorciável quando discutimos relações sociais de sexo, como já foi mencionado no capítulo 1. Em nossa análise, é necessário pensar gênero enquanto constructo social, cujo código de assimilação parte do outro.

Como descrito até aqui, a brutalidade colonial acionou a tortura, o estupro, o incêndio de aldeias, o massacre a ferro e fogo, inclusive de crianças, exercendo-se – sem qualquer moderação – poderes ilimitados de vida e delimitando o que é civilização e o que é barbárie (LOSURDO, *idem*). Logo, toda teoria que pretende ampliar a democracia, radicalizá-la, torná-la menos excludente e mais plural precisa rever essa concepção moderna e liberal de sujeito (TRINDADE, 2022).

Com a finalidade de tratar o conceito de raça, dado dos limites do presente trabalho, cabe destacar a menção suscitada em um ensaio-série desenvolvido em 2016 pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):

⁷ Dentro da periodização clássica utilizada na História, a Idade Moderna é um dos períodos específicos da história do Ocidente que sucedeu a Idade Média e antecedeu a Idade Contemporânea. Cronologicamente, a Idade Moderna começou com a conquista de Constantinopla pelos otomanos em 1453 e se encerrou com a tomada da Bastilha em 1789, evento que deu início à Revolução Francesa. Ademais, a Idade Moderna é considerada o período de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Tal transição ocorreu pelas práticas econômicas do mercantilismo, que contribuíram para a mundialização do comércio europeu. Essa mundialização do comércio tem relação direta com o colonialismo que se estabeleceu quando os europeus chegaram à América em 1492.

o conceito de raça que é, muitas vezes, utilizado em uma conotação biologicista, ultrapassada, conservadora e sem fundamentação científica, deve ser compreendido hoje como uma construção sócio-histórica, despidido de qualquer elaboração com bases biológicas. Raça, entendida nesta perspectiva, é uma categoria complexa, multifacetada e indispensável ao debate sobre discriminação racial e racismo (CFESS, 2016, p. 8).

Com efeito, a sociedade brasileira enfrenta desafios significativos relacionados à sua formação e às complexas dinâmicas sociais e raciais que a caracterizam de maneira única em comparação à outras sociedades. Nesse contexto, é fundamental enfatizar, em diálogo com as reflexões de Clóvis Moura (1984), que

(...) a questão racial talvez seja a questão social mais antiga do Brasil: ela está no centro da dominação de classe desde o início da colonização e a implantação do escravismo no país. Atravessou toda nossa história. Atualmente, sob o capitalismo moderno, o racismo continua sendo um elemento fundamental para a manutenção dos velhos privilégios de classe (MOURA, 1984, p. 27).

Isso posto, como assinala Beatriz Nascimento (1989), embora a ciência (dita universal-neutra-totalizante⁸) aponte que, do ponto de vista biológico, não há “raças”, no plural, mas, uma única raça, a humana, seus avanços não conseguem solucionar os efeitos, na realidade concreta, nos corpos marcados que sofrem diariamente no mito da democracia racial – em todos os campos da vida social, as populações negras e indígenas são as que mais aparecem em desvantagens socioeconômicas, embora pretos e pardos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), representam 56% da população brasileira.

Angela Davis no livro em “Mulher, raça e classe”, publicado em 1981 e traduzido e lançado no Brasil em 2016 pela Editora Boitempo, analisa ao longo das páginas a correlação entre feminismo, antirracismo e luta de classes.

Logo em seu início, trata do período escravocrata, seus efeitos e da forma desumanizada qual a mulher negra fora tratada e, como aponta Djamila Ribeiro no prefácio do mesmo, “nos dá a dimensão da impossibilidade de se pensar um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial, já que as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo” (RIBEIRO, 2016, p. 18).

⁸ O termo faz referência ao trabalho de Beatriz Nascimento, intelectual e militante negra, no filme "Orí" (1989). Nessa obra, que aborda aspectos espirituais, políticos e acadêmicos, foi proposta uma mudança radical no entendimento da formação nacional. Isso envolve a transição de uma perspectiva afrocentrada para uma compreensão mais abrangente da nação, incluindo a análise concreta do processo da escravidão e seus impactos na sociedade, isso porque antes de serem escravizados, este povo eram reis e rainhas em seus territórios, possuíam suas próprias rotinas e formas de fazer, seus próprios ritos, suas próprias linguagens, e, principalmente, seus próprios saberes. O referido filme explora, ainda, como a escravidão afetou tradições culturais, marginalizou grupos sociais e perpetuou influências coloniais. Em resumo, o conceito aborda a herança colonial e promove a reflexão sobre a descolonização do conhecimento, dando destaque a vozes, perspectivas e narrativas historicamente subjugadas. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=677188599155700>. Acesso em 15 de out. 2023

Sueli Carneiro (2003) sublinha que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil.

Para a autora (*idem*), a ação política das mulheres negras vem promovendo:

O reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher; • o reconhecimento das diferenças intragênero; • o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; • o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico; • o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais; • o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza; • o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a branquitude, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não-brancas (CARNEIRO, 2003, p. 129-130).

Nesse sentido, a referida (*idem*) apresenta o desempenho do papel das mulheres negras que carregam uma pauta guiada pela diferença qualitativa, a partir de suas experiências históricas e do seu reconhecimento social, afirmando e defendendo a sua identidade feminina.

Ao enfrentar essa apropriação social diante das opressões decantadas a partir da interseccionalidade, promove-se a inclusão da perspectiva antirracista e nada descartável para a feminização do movimento, na qual o gênero não aparece deslocado como uma variável teórica – que é contraditoriamente universalizado pelo discurso clássico eurocêntrico da branquitude.

Cumprir mencionar que o Serviço Social – composto por 97% de profissionais do sexo feminino (IAMAMOTO, 2009) –, em seu cotidiano de intervenção atende majoritariamente mulheres, sendo tais mulheres em sua maioria negras.

Todavia, uma parcela da categoria profissional permaneceu distante das lutas mais significativas do movimento feminista negro, o que configura, do nosso ponto de vista, um desencontro entre o Serviço Social e as questões de gênero. Nesse sentido, tratar da relação de gênero e Serviço Social “implica em problematizar a ‘feminização’ da profissão, a concepção de gênero das(os) assistentes sociais e sua relação com a profissão” (CISNE, 2004, p. 20).

A formação profissional é fundamentada numa epistemologia ocidental branca. Além disso, Trindade (2022) destaca que há no cotidiano de intervenção profissional demandas que perpassam a questão de gênero, raça/etnia e diversidade sexual, como abuso sexual, violência contra mulheres, gravidez na adolescência, dificuldades em relação ao planejamento familiar, direitos reprodutivos, mulheres chefes de família, mulheres idosas vivendo sozinhas e/ou sustentando suas famílias, discriminação no mundo do trabalho, assédio moral e, também, sexual, luta por cotas e ações afirmativas, garantia de direitos sexuais, como a oficialização do casamento civil para

LGBTs, atendimento de vítimas de LGBTfobia, discriminação e preconceito em relação à raça, dentre outros.

A referida autora (*idem*) enfatiza, ainda, que – infelizmente – não são muitos(as) pesquisadores(as) e estudantes no território do Serviço Social que conhecem (pesquisam ou estudam) as problemáticas de gênero, raça/etnia e diversidade sexual no contexto da sociedade contemporânea. E mesmo após o Movimento de Reconceituação⁹ – que teve um importante papel na medida em que buscou romper com teorias importadas, com o conservadorismo profissional e compreender a realidade do povo brasileiro –, a profissão não atentou para tais temas.

Conseqüentemente, demorou para demarcar a identidade daqueles que mais sofrem com os reflexos das expressões da questão social (mulheres, negros, população LGBTI+, povos tradicionais, dentre outros), sendo esses os principais usuários atendidos por assistentes sociais (TRINDADE, *idem*).

Diante de inúmeras correntes políticas e ideológicas, cabe enfatizar que o racismo ramifica-se nas relações de gênero e de classe, e somente sob uma perspectiva amplamente antirracista é possível interpretar e compreender como são estruturalmente assentadas as hierarquias de gênero nessa sociedade desigual, excludente e discriminadora.

Inicialmente, é oportuno colocar em pauta uma problemática elucidada por Grada Kilomba (2019), que conceitua o racismo genderizado. A partir de sua obra (*idem*), denota-se que há uma falha e carência teórica e acadêmica, até mesmo literária, que aborda o apagamento, a contradição e, sobretudo, a polarização sobre o dilema da conceituação que abarca os conceitos de raça e gênero.

Essas políticas de representação incidem e afetam decisivamente as mulheres negras, ao não reconhecerem o cruzamento pormenorizado crítico entre as questões de raça e de gênero e que, notadamente, são definidas pela prescrição das formas de opressão que “interagem com outras ideologias e estruturas de dominação” (KILOMBA, *idem*, p. 99), por meio de abstenção, falsa presunção e/ou falta de interpretação dos demais marcadores sociais, a partir da interseccionalidade.

Nesse sentido, considerou-se que o cerne dos debates, como o racismo, tem sido construído e significado em torno dos sujeitos negros, a partir da masculinidade heterossexual negra. Tal movimento foi investido pela clássica visão heteropatriarcal do homem branco heterossexual que deposita essa dominação das relações de poder com ênfase apenas no recorte de gênero.

⁹ Para maiores informações, indica-se a leitura do artigo de José Paulo Netto “O Movimento de Reconceituação. 40 anos depois”. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, No. 84, p. 519, junho de 2008.

Essa leitura mecânica e insuficiente faz com que “as mulheres negras habitem um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da ‘raça’ e do gênero, o chamado ‘terceiro espaço’” (KILOMBA, *ibidem*, p. 97).

Como dito anteriormente, o racismo que se recia no Brasil provém da colonização e da exploração de culturas e povos subjugados, perpetuando um ciclo de violência e desumanização, que tenta se camuflar através do mito da democracia racial.

Para prosseguirmos nesta análise podemos utilizar a concepção do racismo enquanto ideologia, entendemos que

a ideologia é uma representação do real, mas *mas necessariamente falseada* (grifo do autor), porque é necessariamente orientada e tendenciosa - e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o *conhecimento objetivo* do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, oferecer-lhes uma representação mistificada desse sistema social para mantê-los em seu “lugar” no sistema de exploração de classe.” (ALTHUSSER apud GONZALES, 2020, p. 55).

Ao colocarmos o racismo como ideologia presente de forma hegemônica na sociedade brasileira, podemos inferir que o mesmo é utilizado para gerar reconhecimento e promover uma sensação de poder e autoridade nas identidades de pessoas brancas, tanto os homens, quanto as mulheres, mas especialmente aos homens, levando em consideração o machismo e o sexismo.

Essa sensação de poder e de autoridade propaga-se pela classe média, que não se reconhece pertencente da classe trabalhadora, sentindo-se superior por andar em seus carros econômicos, enquanto pessoas pretas e “pobres” estão nos ônibus, ao seu lado no trânsito, o mesmo engarrafamento, o mesmo calor, a mesma pressão, mas pela identidade de se reconhecer como branco o faz se reconhecer como superior.

Tal superioridade, herança da escravidão, e que no processo de migração para a criminalização do trabalho escravizado e da regulamentação desses trabalhadores, se mantém, pois como poderiam as pessoas que antes serviam aos brancos, agora terem os mesmos direitos?

É o que descreve Clóvis Moura (2019, p. 46):

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação, inclusive ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados.

Segundo o referido autor (*idem*), em análise de trechos de sociólogos defensores do embranquecimento da população para resultar numa ilusória progressão social, diz se tratar de uma “ideologia de colonialismo” (*ibidem*, p. 50), que ganhou força na sociedade moderna durante a promoção do Estado Novo, a fim de incentivar a imigração de europeus para a região Sul e Sudeste.

Essas ideologias incitam na imaginação popular uma quebra de solidariedade e de oposição dentre grupos cujas lutas e objetivos são similares, entretanto com a perpetuação desse imaginário e o constante “bloqueio” social, que geram práticas de discriminação, ocorre um enfraquecimento social, e individual, afinal ataques racistas abalam tanto socialmente quanto psicologicamente.

O pensamento de superioridade encontra-se nas relações trabalhistas, quando vagas de emprego exigem boa aparência e relaciona isso ao cabelo liso, sem volume; na oferta de emprego de áreas que exigem força e resistência, como limpeza, serviços gerais, manutenção, e em grande maioria selecionam pessoas racializadas para tais funções, é de se destacar a quantidade expressiva de mulheres pretas dentre as trabalhadoras domésticas, 65%, de acordo com pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese), em 2022.

Françoise Vergès (2020, p. 20), ao refletir sobre a realidade francesa, diz que:

o governo age como se as pessoas que moram na rua, os/as refugiados/as, os/as pobres tivessem as mesmas condições de vida, o mesmo acesso à informação que os/as burgueses. O desprezo imenso traça novamente uma fronteira entre vidas que importam e vidas que repousam sobre o trabalho mal pago, explorado, invisível, porém necessário de centenas de milhares de outros.

Podemos relacionar seu pensamento ao contexto brasileiro, ao combiná-lo com o trabalho doméstico e a ocupação assalariada das pessoas racializadas no Brasil, às identidades de quem está morando nas ruas de nossas cidades, e na maneira como não somente a burguesia associada a extrema-direita, mas nos outros componentes políticos, se dispõem a reconhecer e criar soluções que diminuam as desigualdades sociais e raciais no país. Temos, portanto, na categoria trabalho uma amostra de quais são os preceitos a serem direcionados às pessoas racializadas.

2.4 As políticas anti-gênero: medo e pânico moral

As ações para deslegitimar pessoas LGBTI+ seguem existindo e um dos exemplos que mais ganharam visibilidade no período mais recente é a chamada "ideologia de gênero" que também afeta diretamente as pautas feministas.

De acordo com Priscila Gomes da Silva Napolitano (2023), grande parte da responsabilidade para que essa definição se popularizasse advém do papel das igrejas no Brasil. Nesse sentido, a primeira aparição do termo foi em 2003, no Congresso Nacional e, seguindo essa lógica, o número de parlamentares evangélicos dobrou entre 1998 e 2014.

Para Kalil e Corrêa (2021, p. 73), a defesa dessa ideia de “ideologia de gênero” ganhou mais espaço. A categoria acusatória “ideologia do gênero” ativou o repúdio ao gênero como um instrumento da “desordem”, incitando medo, o pânico moral – nos termos de Gayle Rubin (1975) –

ou aversão em relação à educação sexual, agora associada à pedofilia, mas, também, ao feminismo e às feministas e, de forma mais complexa e obscura, às pessoas trans (KALIL; CORRÊA, idem, p. 84).

Alguns setores defendem que o uso do gênero como “arma” política não passa de uma “cortina de fumaça” para assuntos mais relevantes como as questões econômicas. Todavia, pode-se fazer alguns apontamentos em relação a esse argumento:

Os efeitos desta politização (ou repolitização) religiosa no curso da redemocratização brasileiras devem ser examinados em articulação com as fragilidades e distorções da reconstrução democrática e também com a penetração da racionalidade neoliberal não apenas nas instituições públicas como também no tecido social e nas subjetividades, mesmo quando princípios avessos ao neoliberalismo tenham guiado a gestão das políticas econômicas entre 2003 e 2016. Um ponto claro de convergência nesse aspecto é a afinidade entre a teologia evangélica da prosperidade e a lógica neoliberal do empreendedorismo (KALIL; CORRÊA, 2021, p. 74).

Para Trindade (2019), o movimento que visa desqualificar a categoria gênero, caracterizando-a como “ideologia”, iniciou-se na década de 1990, tendo Joseph Ratzinger, antes de se tornar o papa Bento XVI, como um de seus principais expoentes:

Distingue-se, então, o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico (RATZINGER, 1997, p. 142, apud MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 726).

Na América Latina, um dos precursores dessa concepção é o argentino Jorge Scala, que, em 2010, lançou um livro cujo título é “La Ideologia del Género: el género como herramienta de poder”. De acordo com a caricatura traçada pelo referido autor (2010), pesquisadores que discutem gênero negam as diferenças naturais entre os sexos, apregoando que a sexualidade não sofre (nem deve sofrer) qualquer restrição, inclusive biológica (TRINDADE, 2019).

A perseguição à população LGBTI+ ficou ainda mais explícita, também, na polêmica do Programa Escola sem Homofobia, que visava debater o tema na educação pública. Essa iniciativa seria fundamental para tratar do tema e propiciar debates em sala de aula sobre respeito à comunidade LGBTI+. Contudo, essa iniciativa se popularizou com o chamado “Kit Gay”. O Kit Gay – cunhado especialmente por conservadores religiosos – é uma mentira que virou “verdade”, sendo, inclusive, exaustivamente utilizado como plataforma política nas eleições de 2018, que levou o bolsonarismo ao poder, potencializando, por consequência, as políticas anti gênero.

Tais fatos ocorreram, principalmente, por meio da figura do até então Deputado Federal Jair Bolsonaro. Mas, o veto ao Programa foi possível, também, pela presença massiva de evangélicos e conservadores no Congresso Nacional, sendo mais uma de suas vitórias em relação às políticas públicas para a comunidade LGBTI+ (KALIL; CORRÊA, 2021, p. 75).

Apesar das movimentações nesse sentido, o movimento LGBTI+ conquistou alguns direitos. No campo da saúde a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2011) é um exemplo disso e para tratar da visibilidade lésbica na saúde, é fundamental retomar o debate sobre a saúde no Brasil.

Antes da Constituição Federal de 1988, a saúde era um direito somente dos trabalhadores de carteira assinada. Com a Lei 8080, que instituiu o SUS, a noção da saúde passa a ser pautada constitucionalmente como um direito do cidadão, um dever do Estado e com uma definição que busca romper a ideia de a saúde ser apenas a ausência de doenças (BRAVO, 2006).

No entanto, o fato de ter uma lei que foi formulada com grande participação popular como na VIII Conferência Nacional de Saúde, não garante que ela seja implementada da maneira que foi concebida. Para que isso ocorra, é necessário a mobilização constante dos movimentos sociais frente às ofensivas ultra-neoliberais das últimas décadas que favorecem a iniciativa privada e sucateiam o sistema público de saúde brasileiro (FLEURY, 2009).

Enquanto o SUS era oficializado no papel, a saúde das pessoas LGBTI+, principalmente homens gays cis, era colocado em visibilidade. Contudo, de maneira estigmatizante com a epidemia do HIV/AIDS que marcou a década de 80. Essa condição era relacionada aos comportamentos homossexuais e, diante disso, o conservadorismo se fortalecia. As medidas para o enfrentamento da epidemia eram cercadas de ideias preconceituosas e estigmatizantes do senso comum (BORGES *et al*, 2020).

Em contrapartida, o Plano Nacional de Enfrentamento a Epidemia de AIDS e Das DSTS Entre Gays, HSH e Travestis (2007), propõe olhar para a saúde dessas pessoas pela perspectiva do direito e romper com a visão estigmatizante. Outra política importante é a Brasil Sem Homofobia (2004) que tem por foco a conquista da cidadania LGBT, mas que já cita o acesso à saúde como uma forma de alcançar a cidadania. Em 2008, foi definido o processo transexualizador no SUS, também relacionado ao acesso à saúde. Essas são as conquistas que precederam a Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

A saúde como um direito é uma ideia recente na formação social brasileira assim como a cidadania de pessoas LGBTI+. Nesse sentido, a implementação de ambas passa pela necessidade de

problematizar o preconceito e a sistemática violência que recai sobre esta parcela da população como fatores que adoecem e limitam o acesso à saúde numa perspectiva ampliada e integral.

Ademais, cerceia o exercício da cidadania, por exemplo, nos espaços de controle e participação social previstos na Constituição Federal de 1988 que também são excludentes e, dessa forma, não são capazes de atender as reais demandas das pessoas LGBTI+.

Como se sabe, a saúde como conhecemos hoje foi moldada a partir da luta da Reforma Sanitária. Por isso, a saúde na Constituição Federal de 1988 baseia-se na sua concepção ampliada. Todavia, esse projeto não se efetivou completamente. Cumpre mencionar que a Reforma Sanitária foi caracterizada por três movimentos distintos e complementares que são necessários para a sua construção e materialização. Tais movimentos são a subjetivação, a constitucionalização e a institucionalização (FLEURY, 2009).

Para Fleury (idem), no processo da Reforma Sanitária, um de seus movimentos – o da subjetivação – consiste no surgimento de sujeitos políticos que conseguem formular propostas, mas de maneira contraditória ao entrarem na institucionalidade. A constitucionalização diz respeito às conquistas na Constituição da garantia de direitos sociais, enquanto a institucionalização é o processo de concretização dessas leis, por meio de aparatos suficientes para tal, não só os práticos como os saberes também (FLEURY, ibidem).

Com isso, precisam atuar de maneira simultânea e, para Sônia Fleury (2009), apesar de a Reforma Sanitária não ter se concretizado da maneira como foi idealizada, foi uma imensa vitória o reconhecimento de alguns de seus pontos na Constituição Federal de 1988, como, por exemplo, a da saúde ser considerada um direito do cidadão e das cidadãs e um dever do Estado. Em contrapartida, existe o processo de contrarreforma que busca criar argumentos sobre a ineficácia da saúde pública e a necessidade de privatização como solução.

Ademais, há décadas, o fundo público tem sido alvo de disputa, não sendo, por óbvio, algo neutro, assim como o financiamento das políticas públicas. Dessa forma, os recursos não são suficientes já que são direcionados para a valorização do capital, e para o pagamento da dívida pública, fatores que impedem a viabilização do SUS que desde a sua criação recebe menos do que o percentual mínimo previsto de 10% da receita bruta.

Tal processo de contrarreforma esteve presente em todos os governos de formas diferentes, mas, em Temer, houve uma novidade importante. Nesse período, em lugar de um processo mais encoberto com estratégias suaves, o governo colocou-se explicitamente como antagônico ao projeto da Reforma Sanitária.

De acordo com Priscila Napolitano (2023), esse processo é tão violento que ficou conhecido como “austericídio” que ocorre para atender aos interesses do capitalismo internacional. Soares (2018), por sua vez, aponta três princípios basilares que são feridos: a universalidade devido a Emenda Constitucional (EC) 95, também conhecida como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do “fim do mundo” que restringe os investimentos em áreas essenciais por 20 anos, algo inédito na história.

Com Bolsonaro, por sua vez, esse desfinanciamento continuou, além de medidas como o fim do Programa Mais Médicos, a manutenção das parcerias público privado e a escolha de ministros da saúde próximos a seguradoras de saúde, posturas que visavam precarizar o SUS e beneficiar o setor privado (SOARES, 2018).

Além disso, ataques direcionados aos equipamentos da saúde mental, como o incentivo às comunidades terapêuticas colocam em evidência a negação da ciência e o avanço da moralização do tratamento, assim como é feito com o da HIV/AIDS que é associada vulgarmente a população LGBTQIAP+ e a gastos desnecessários (NAPOLITANO, 2023).

Dentro do escopo do conceito ampliado de saúde, são criadas políticas públicas de saúde específicas para determinadas populações. São algumas delas: para população negra (2009), para os povos indígenas (2002), para o povo cigano/Romani (2018), para as populações do campo e da floresta (2011), para o homem (2008), para a mulher (2004), entre outros.

Para o direcionamento das políticas há o desenvolvimento de planos operativos com objetivos que tentam garantir que ela, de fato, seja implementada. No caso da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, o I Plano Operativo é o de 2013 até 2015, enquanto o II, e último, é de 2017 até 2019 instituído pela resolução nº26 de 28 de setembro de 2017.

O objetivo III do II Plano Operativo (2017-2019) consiste em: “Aperfeiçoar os instrumentos de vigilância em saúde, inserindo os quesitos de orientação sexual, identidade de gênero e nome social, e desenvolver estratégias para qualificar as informações em saúde da população LGBT;” e está relacionado com o objetivo IV da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: “qualificar a informação em saúde no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados específicos sobre a saúde da população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;”.

No entanto, há poucos dados disponíveis sobre a população LGBTI+, as pesquisas nesse sentido ainda são tímidas e encabeçadas por pessoas interessadas pelo tema, muitas vezes por organizações não governamentais e movimentos sociais como o Grupo Gay da Bahia (GGB). Ainda

no primeiro semestre de 2022, segundo o GGB, 135 pessoas LGBTs foram mortas no Brasil (O GLOBO, 2022) enquanto pessoas LGBTI+ possuem piores índices de saúde mental devido a discriminação e a falta de formação dos profissionais de saúde pode ser um agravante desse índice.

Há poucos dados oficiais sobre a saúde integral LGBTI+ apesar de existir uma política pública voltada para este segmento populacional, inclusive, com objetivos específicos nesse sentido. Ao mesmo tempo, os dados disponíveis, a partir da ação militante de alguns grupos, mostram apenas o índice de violência contra essa população. O processo de mapeamento dessas pessoas nos serviços de saúde pode auxiliar a deslocar a posição de um grupo que é historicamente colocado no lugar de violentado para um lugar de cuidado em saúde.

De acordo com Trindade (2019, p. 252), é evidente “que por trás das mobilizações radicais anti gênero estão diferentes atores, organizações, partidos, redes religiosas, fundamentalistas, que são classificados no espectro político de centro à extrema direita”.

Com a expressão ‘ideologia de gênero’, essa complexa rede volta-se contra avanços da democracia e de uma sociedade aberta e progressista. Em outras palavras, a partir da expansão e consolidação de um campo científico sobre a categoria gênero – que, supostamente, estaria ameaçando princípios religiosos –, foi lançada uma contraofensiva cristã em defesa de uma doutrina anacrônica e do modelo tradicional de família (TRINDADE, idem).

Cumprir assinalar, porém, que o conservadorismo não dispõe de argumentos científicos para se contrapor às teorias de gênero, cada vez mais abrangentes, razão pela qual as desqualifica, tratando-as como mera ideologia.

Como observado ao longo da presente pesquisa, gênero é um conceito analítico, isto é, trata-se, na verdade, de uma categoria de análise crítica para melhor observar e compreender a sociedade, pois, esta se organiza nas diferenças entre os gêneros. Ademais, a finalidade precípua da categoria gênero reside, ainda, na compreensão das relações hierárquicas de poder do masculino sobre o feminino, relações estas que geram violência, opressão e desigualdade:

Em entrevista à Carta Capital 180, Rogério Diniz Junqueira¹⁰ assinala que a ‘ideologia de gênero’ é, na verdade, uma invenção, ou seja, um artifício retórico. Não pode ser confundida com um termo científico, visto que a sua elaboração jamais seguiu princípios e preocupações de ordem científica. O termo aflorou no âmbito de um projeto de poder, isto é, decidiu-se utilizar o termo que melhor funcionasse politicamente segundo os objetivos dos atores que fomentavam essa ofensiva

¹⁰Disponível em: "[Ideologia de gênero](#)": o combate a um campo científico – Diversidade – CartaCapital. Último acesso em 19 de junho de 2024.

reacionária. Esta plataforma foi, inclusive, muito utilizada – com bastante sucesso e eficácia, diga-se – nas eleições presidenciais de 2018.

CAPÍTULO 3

A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA RESSEGE

Neste capítulo, objetiva-se apresentar alguns elementos acerca da história da Ressege, seus limites e desafios, desde a sua criação e gênese aos dias atuais, ressaltando que foi justamente a experiência como estagiário da Ressege que me levou à discussão de gênero, atrelada aos marcadores de raça e classe.

Com tal propósito, aborda-se, inicialmente, o contexto histórico do ensino superior brasileiro e, também, a óbvia defasagem de uma abordagem mais ampla e direcionada às questões relacionadas a gênero e sexualidade no âmbito da Escola de Serviço Social da UFRJ.

3.1 Contextualização histórico-teórica do ensino superior

O início do acesso ao ensino superior no Brasil não pode ser dito como um processo simples ou que tinha amplos objetivos para a população como um todo. Sendo um país de grande presença na exportação de matérias primas e de alimentos, não era fomentada a ideia de um sistema educacional que levasse a população, em especial a trabalhadora, uma formação qualificada nos moldes internacionais, em áreas variadas, que objetivassem a formação de uma sociedade que possui o trabalho intelectual como parte de sua realidade.

Era do interesse da burguesia ascendente e, principalmente, da burguesia alta que essa classe trabalhadora permanece onde estava socialmente, realizando o trabalho braçal, informal, mantendo as relações que se mantiveram mesmo após a abolição da escravidão.

Desse modo, era usual que os jovens das famílias burguesas realizassem sua formação profissional no exterior, principalmente, em Portugal, nos cursos de Medicina e Direito, que já possuíam características de profissões elitistas e segregadoras que se mantêm até os dias atuais.

A emergência da universidade brasileira ocorre, portanto, a partir da criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1920, com a aglutinação de três escolas históricas, que datavam da vinda da corte portuguesa ao Brasil: a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito.

Entretanto, de acordo com Oliveira (2019), a universidade existia apenas na letra da lei, pois não havia, de fato, um corpo universitário, diretrizes ou um direcionamento que organizasse a Universidade como entidade de saberes e articulações próprias, além das limitações das próprias áreas de estudo.

Somente a partir de 1931 foi criado um sistema único didático para o ensino superior brasileiro, o que vai começar a moldar e ditar como seguirão as instituições de ensino e sua inicial expansão.

Em 1938 a Universidade do Rio de Janeiro torna-se Universidade do Brasil (UB), unificando mais institutos e escolas das diversas áreas, como Química, Filosofia, Música, entre outros.

A Universidade passa, então, a se propor como um referencial em termos de educação superior, para disponibilizar qualquer curso superior o mesmo deveria primeiramente ser disponibilizado pela UB. Além da implementação do termo “Nacional” em todos os cursos ofertados, caracterizando que aquele curso fazia parte do projeto social que o Estado Novo implementava.

Foi apenas em 20 de agosto de 1965, durante a Ditadura Militar, que a lei nº 4.759 foi sancionada, levando a padronização de todos os institutos, universidades e escolas federais, passando então a Universidade do Brasil a ser nomeada Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cumprir mencionar que a década de 1960 também foi um período histórico de grande movimentação estudantil, é preciso lembrar, principalmente sendo liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que estiveram “atuando ativamente nas grandes campanhas nacionais, particularmente na luta pela nacionalização do petróleo; assumindo as causas mais avançadas, como a defesa da Revolução Cubana; lançando iniciativas ousadas, como a campanha de alfabetização, no período presidencial de João Goulart” (MARINI, 1997, p. 11).

Nos dias atuais a Universidade segue tendo suas diretrizes e seus objetivos sendo objetivados pela burguesia, uma vez que como parte importante para a manutenção de um mercado de trabalho e de uma classe que também depende dela para se impor (no caso dos cursos mais elitistas), é constante a luta e o enfrentamento das diversas partes que compõem a universidade, uma disputa que se apresenta nas salas de aula, nas reitorias, no Ministério da Educação, enfim, é indissociável e requer constante movimento.

Segundo Marini (idem), a universidade dentro da sociedade burguesa cumpre três funções principais:

1. Reprodução das condições ideológicas nas quais a burguesia assenta as bases de sua dominação de classe, ou seja, ela reproduz a divisão de classes a partir da produção de conhecimento, separando os trabalhadores entre aqueles que exercem uma atividade com base numa formação formal e naqueles que não o fazem, o que influencia na remuneração, prestígio e posição

social, além das expressões do racismo e do sexismo nas mais diferentes profissões e a reprodução ideológica, devido a influência estatal e política que alguns cursos podem sofrer devido suas características históricas, suas relações sociais e aberturas políticas;

2. É de ordem econômica e se traduz na transmissão e mesmo criação, através da pesquisa, de técnicas de produção, a universidade como local de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas, de um ambiente que permite a inovação, se torna fornecedor de grandes recursos para a indústria capitalista, que pela manutenção do seu sistema sempre buscará manter controle e meios para regular essas atividades, desde o financiamento de laboratórios, fomento de vagas de estágio, inserção direta no mercado de trabalho, entre outros meios;

3. De caráter político, é a de ser um dos campos no qual a burguesia pode concretizar as alianças de classes que necessita para afirmar sua dominação, a burguesia necessita da universidade pois ela é um campo vasto para sua dominação, e ela precisa necessariamente manter sua dominação no que chamam de “futuro do país, precisam fixar e estabelecer seus ideais, que hoje se alinham no projeto neoliberal conservador, de forma a manter a hegemonia do pensamento político e enfraquecer o movimento estudantil, que alavanca e alicerça diversas bases políticas sociais.

É necessário pontuar, também, a importância da extensão universitária nesse cenário, afinal, a curricularização da extensão passou a ser efetivada a partir da Meta 12.7 da Lei nº13.005/2014, que passa a tornar compulsória a atividade de extensão nos cursos de ensino superior, cumprindo 10% da carga horária obrigatória em ações de extensão.

Uma meta que se institui sem reais pretensões de gerar resultados socialmente necessários, ao passo de que não havendo um embasamento teórico-metodológico que vá gerir essa normativa, essa obrigatoriedade passa a ser meramente formal e prejudica a utilização e a implementação das ações de extensão de modo organizado, que objetive realmente transpor os conhecimentos da universidade para a população, em especial aquela que mais necessita, que é marginalizada e que possui difícil acesso aos programas do governo, ou que simplesmente não são vistas como alvos desses projetos.

É importante destacar, ainda, que essas medidas são decorrentes de um sistema capitalista que propaga a “mercantilização da educação e o condicionamento dos sujeitos à uma mercadoria facilmente descartável e que absolutamente não vislumbra o pleno desenvolvimento dos indivíduos ao que se refere às potencialidades do gênero humano” (BERTOLLO, 2021, p. 151).

São ações que se tornam automatizadas, robotizadas, ou no pior dos casos, não se efetivam de maneira nenhuma, apenas somam diversas ações de extensão que são criadas para suprir as exigências e não são efetivadas na realidade.

É importante, entretanto, que incentivo a extensão aconteça de uma forma pautada em demandas reais, e que se estabeleçam metas que possam ser objetivadas de forma a agregar ao ensino e a pesquisa o resultado dessas ações, e que esses resultados garantam a criação de políticas públicas, de ganhos sociais fisicamente e intelectualmente, que levem ao público que será alvo dessas ações e aos universitários uma troca de experiências enriquecedora.

É necessário pensar que “também não é opção a luta por um percentual equânime entre pesquisa, ensino e extensão. Cada âmbito possui distinções, conformações e demandas específicas que não podem ser meramente delineadas e delimitadas em ‘percentuais a serem exigidos e cumpridos” (BERTOLLO, idem, 154).

Assim como a extensão, diversos pontos a respeito da educação e do ensino superior na sociedade capitalista brasileira poderiam ser discorridos, entretanto como parte da análise institucional este se torna um dos principais.

Contudo, ainda é necessário citar que a pressão político-ideológica se intensifica nos últimos anos, com a ostensiva neoliberal conservadora tendo grande impacto a partir do início do mandato de Jair Bolsonaro na presidência do país, movimento que já vinha numa crescente expansão desde o período eleitoral, mas que ganha legitimidade e impacto a partir de sua posse.

Com as diversas mudanças no cenário político e a configuração dos ministérios ganhando suas características pessoais, com ministros e ministras LGBTfóbicas, racistas, misóginas, anticientíficas, se tornou um grande obstáculo para a esquerda e para as camadas mais progressistas da sociedade dialogar com questões de âmbito nacional, anos de intensa articulação e de combate a fake news, medidas parlamentares, projetos de leis e tantos outros embates que a direita burguesa conseguiu angariar nos últimos tempos.

E nesse cenário os temas em relação a comunidade LGBTI+ ganham ainda mais importância, com um movimento consolidado em relação à sua autonomia e suas reivindicações, debates que atravessam a sociedade e por consequência a universidade, como questões relativas a identidades de gênero não-binárias, a retificação de nome social, a utilização de banheiros por pessoas não binárias (NB) ou travestis, a discriminação cada vez mais crescente de pessoas trans, a formação de famílias homoparentais, a legitimação do uso de pronomes neutros, a inclusão de opções mais abrangentes em questionários dos órgãos públicos, entre tantos outros debates que

surgiram e que são o tempo todo ainda mais dificultados, censurados e repelidos por essa barreira que se diz pertencente a “família tradicional brasileira”.

Nesse contexto torna-se imprescindível o diálogo do Serviço Social, como uma profissão que luta pela equidade, pelos direitos civis, pela liberdade e emancipação humana, com a comunidade LGBTI+ e suas pautas, tanto nos órgãos públicos, tais como: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), casas de acolhimento, abrigo, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), hospitais, quanto na academia, através da formação profissional, capacitando e fomentando o debate sobre as sexualidades e os gêneros.

3.2 Uma breve análise institucional da Ressege

A Rede Serviço Social, Sexualidade e Diversidade de Gênero (Ressege) teve seu início em 2019, partindo de iniciativa de assistentes sociais que – com o intuito de alimentar o debate em relação a questão de gênero e sexualidade – reuniam-se em um grupo de WhatsApp para troca de informações, diálogos, envio de documentos, textos, artigos, enfim, tudo que se relacione e possa agregar para a formação profissional em um tema que ainda não é difundido de maneira hegemônica.

A partir desses debates, que se intensificam durante o período de pandemia de Covid-19, ocorreu a transformação desse movimento em um projeto de extensão, que de maneira remota propunha-se a dialogar com assistentes sociais de todo o país, tornando-se uma rede em constante crescimento, uma vez que cada assistente social tem autonomia para indicar e adicionar participantes.

Por conseguinte, a Ressege tornou-se um Projeto de Extensão da Escola de Serviço Social da UFRJ, espaço onde fui estagiário entre os períodos de 2021 e 2023. Nessa esteira, a RESSEGE volta-se à formação continuada de assistentes sociais, pois embora tais profissionais sempre tenham atuado direta ou indiretamente com temas relativos à sexualidade (planejamento familiar, educação sexual de adolescentes e jovens, vítimas de violência sexual, prevenção de IST/Aids, entre outros), nos últimos dez anos, especialmente, uma parte significativa da categoria tem sido desafiada a atender de forma competente, também, a população LGBTI+.

Enquanto uma extensão universitária, propõe-se a realizar o debate sobre as questões de gênero e sexualidade através de oficinas, seminários, debates, rodas de conversa, cursos e aulas, por

meio eletrônico em plataformas como Zoom, Google Meet, redes sociais como Instagram, Facebook, Youtube, dentre outros.

O projeto vincula-se, portanto, às seguintes políticas sociais: políticas de saúde, políticas de assistência social, educação, segurança pública, direitos humanos, dentre outras, tendo uma grande potencialidade em aferir aos profissionais participantes uma formação diferenciada que lhes dará uma gama de referenciais teóricos e práticos para lidar com a temática em todos os campos de atuação.

Em relação a divisão estrutural da Rede, há um coordenador o Prof. Guilherme Silva de Almeida, a quem cabe a função de guiar os encontros e delegar tarefas e atividades das estagiárias, e Prof^a. Mably Trindade, que atua regularmente auxiliando na supervisão dos encontros, conduzindo análises de temas pertinentes ao projeto, além de direcionar ações para o estágio.

Além da coordenação do professor Guilherme e da professora Mably, atualmente compõem o projeto de extensão um estagiário em Nível 3, uma voluntária graduada em Serviço Social, ex estagiária, e um aluno extensionista, ex-estagiário.

A rotina é simples e também objetiva, constando de encontros semanais que inicialmente foram direcionados para um treinamento teórico com textos e artigos que debatem temas como: homossexualidade, transexualidade, identidades culturais, dentre outros, e os últimos encontros mais livres com conversas espontâneas e diálogos que englobam as mais variadas temáticas.

Compõem as atividades também a pesquisa periódica de atualização do perfil dos usuários, tanto dos profissionais que integram a Ressege no grupo de WhatsApp, quanto dos alunos que participam das atividades presenciais.

Analisando de forma breve há um consenso entre as estagiárias de que há uma defasagem em relação às atividades do estágio, que algumas vezes são sugeridas a serem ocupadas com filmes e séries da temática LGBTI+, ou em leituras e outras atividades que não transmitem um diálogo direto com os usuários de fato, e que inicialmente causaram estranhamento, ainda mais sendo um campo de estágio remoto.

Entretanto, com o passar das semanas foi se criando uma lógica interna e uma adequação de que o segmento dado pelo professor poderia levar a um aproveitamento em termos técnicos e de formação profissional, apesar de as atividades de capacitação profissional ainda não estarem em funcionamento,

É fundamental destacar a relevância do projeto enquanto um ambiente que levanta as questões LGBTI+, sobretudo, em uma sociedade capitalista, LGBTfóbica, racista, patriarcal, num

contexto de ofensiva neoliberal. Ademais, é bastante encorajador e revolucionário se posicionar dentro de um curso extremamente politizado e que, por vezes, o senso comum o considera subalternizado. Logo, colocar-se como palco de debates e levar o protagonismo a essa pauta possuem um valor inestimável.

Em síntese, discutir as questões de gênero e sexualidade dentro da universidade sem estigmas e preconceitos demonstra o caráter emancipatório e progressista de nossa profissão, levando a legitimação dessas identidades em todos os seus âmbitos, capacitando profissionais, estudantes e possibilitando o debate a uma população cada vez maior da sociedade.

3.2.1 Objetivos da Rede:

O objetivo precípua da Rede é contribuir para a sua constituição enquanto uma rede de apoio mútuo teórico-metodológico, ético-político e técnico-interventivo, bem como de promover a agência de assistentes sociais em temas relativos à sexualidade e à diversidade de gênero numa perspectiva crítica e interseccional.

Cumprir mencionar, ainda, que a população LGBTI+ tornou-se mais visibilizada nos espaços sócio ocupacionais, principalmente em razão da maior visibilidade de pessoas LGBTI+ na esfera pública, à difusão de iniciativas governamentais e não governamentais e, também, a maior denúncia de violações de direitos e outras violências que acometem historicamente esta população.

Como mencionado anteriormente, o diálogo entre os/as profissionais que compõem a Ressege já vem sendo constituído desde 2019 por meio da rede social WhatsApp. Nesse sentido, a referida rede (virtual e presencial) agrega assistentes sociais de vários lugares do Brasil efetivamente inseridos(as) em serviços que desenvolvem atividades relativas às relações de gênero, à sexualidade e à diversidade de gênero, e atualmente, 5 anos após sua criação, tem se mantido como forte canal para circulação de notícias, divulgação de eventos, cursos, e articulação política e social dos assistentes sociais que o integram.

3.2.2 Dilemas e desafios cotidianos

É importante destacar, ainda, que as vulnerabilidades inerentes às condições de vida da população LGBTI+ ocorrem em razão do não pertencimento à lógica cisheteronormativa branca, na qual o Estado racista e capitalista foi erguido.

Sendo assim, um dos principais desafios enquanto projeto de extensão encontra-se na inserção da temática no âmbito do corpo docente e discente de forma ampla, ou seja, alcançar indivíduos que não se identificam como pertencentes a comunidade LGBTI+, mas, que venham a se entender quanto futuros profissionais que necessitam de uma formação ampla, e que se constituam de forma diversa e plural, tornando o atendimento social igualitário para todos os indivíduos.

Outra questão, essa de caráter social, refere-se à relação entre a temática LGBTI+ (que é ampla, e muito maior do que apenas a definição de “diversidade”) e o foco temático no qual se incidem os estudos dentro do campo do Serviço Social, os quais historicamente se associam aos estudos de classe, embates da classe trabalhadora e a classe burguesa, as expressões da “questão social”, o capital, as questões raciais, desde sua gênese colonizadora ao contexto contemporâneo.

É importante destacar que, por óbvio, são todos de profunda importância, e fazem o Serviço Social colocar-se como peça central dentro dos estudos sociais, como referência acadêmica. Entretanto, a inferiorização das temáticas de gênero e sexualidade torna-se bastante contraditória, uma vez que gênero e sexualidade são dimensões sociais, que se manifestam em todo indivíduo, ou seja, indivíduos racializados, trabalhadores, burgueses, de todas as idades, classes, ou seja, são atemporais e pertinentes, pois a partir de diversas teorias tem sido possível relacionar esses pontos com uma completude na formação profissional.

Sendo assim, é imperativo à formação profissional e acadêmica de estudantes do Serviço Social que a Ressege siga dando continuidade às ações, para uma perpetuação de uma cultura de incentivo aos estudos temáticos, criando uma rede interna de apoio às suas ações, tanto entre alunos quanto entre docentes, contribuindo, também, para o incentivo de que outros profissionais coloquem-se como parceiros nessa jornada, seja como colaboradores ou na criação de novos projetos, proporcionando uma diversidade de ações e possibilidades que atraiam diferentes perfis de discentes.

3.3 Perfil da população usuária

O perfil da população usuária na amostragem a seguir foi levantado a partir de pesquisa quantitativa realizada pela Ressege, por meio das inscrições realizadas para a participação do 2º Cine Debate, via Formulários Google. O mesmo foi divulgado por intermédio das redes sociais, Instagram e Whatsapp, e por meio físico, com cartazes de divulgação em diversos pontos do campus Praia Vermelha. A pesquisa foi realizada entre 28 de abril de 2024 e 17 de maio de 2024, obtendo 76 respostas.

Os tópicos que serão utilizados a partir do formulário para a análise do perfil da população usuário são: curso, ano de ingresso, raça/cor/pertencimento étnico, identidade de gênero, sexualidade e faixa etária.

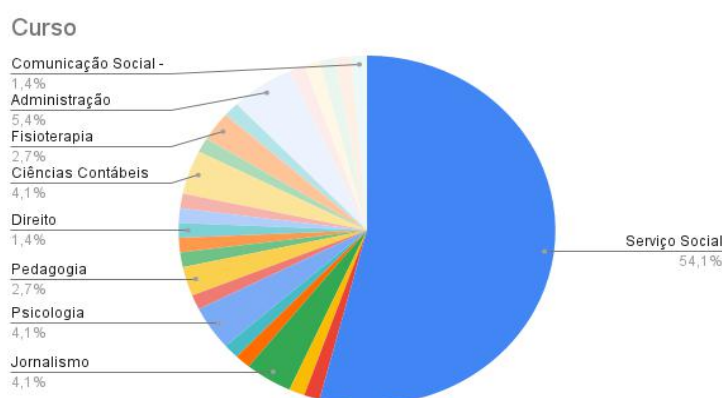
Abaixo seguem os cartazes de divulgação dos cine-debates, cuja atividade forneceu um rico desenvolvimento de discussões e troca de saberes, além da integração da comunidade LGBTQ+ na ESS. A partir do filme “Moonlight” (dir. Barry Jenkins, 2017), debatemos as relações entre homens pretos, as objetificações sócio-sexuais sobre seus corpos e suas vivências, afetividade e as implicações do machismo na formação de suas individualidades. Na 2ª edição, que resulta nos dados coletados, o filme debatido foi “Estrelas Além do Tempo” (dir. Theodore Melfi, 2017), cujo tema engloba a situação das mulheres pretas nos EUA da década de 60, época de segregação racial e de um machismo ferrenho, mostra a trajetória de mulheres cientistas na NASA, persistindo em suas carreiras profissionais, lidando com o machismo, sexismo e racismo em suas vivências cotidianas.



Curso:

A porcentagem somou em sua maioria 54% de alunos pertencentes ao curso de Serviço Social, um resultado já previsto devido a origem do projeto de extensão, pertencente ao curso, e a facilitação de contatar os alunos do mesmo. Prosseguindo, no topo além do curso de Serviço Social encontram-se: Administração (5,4%), Ciências Contábeis (4,1%), Psicologia (4,1%) e Jornalismo (4,1%). Nota-se, portanto, uma proximidade dos usuários em cursos cuja interação social, cultural e humana tornam-se presentes.

Gráfico 1 - Distribuição de alunos por curso de graduação



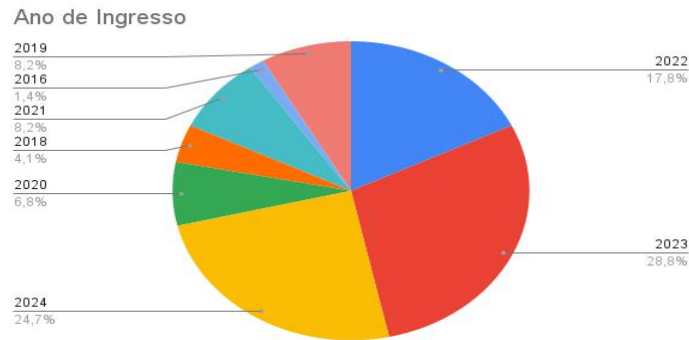
Fonte: Ressege

Ano de ingresso:

A respeito do ano de ingresso, os resultados revelam uma maioria de ingressantes recentes, do ano de 2023 (28,8%), seguidos por ingressantes dos anos de 2024 (24,7%) e 2022 (17,8%), além deles também foi contabilizado ingressantes dos anos: 2016, 2018, 2019, 2020 e 2021. O destaque nessa seção refere-se à maioria proveniente de anos recentes, ou seja, que, atualmente, cursam períodos iniciais do curso.

O resultado pode ser analisado partindo da premissa de estar vinculado a uma atividade presencial, disso poderíamos inferir que são alunos que ainda não se encontram em atividades de estágio ou que não possuem atividades como trabalho assalariado, que consomem parte de sua carga horária. Reflexões a serem consideradas, e objetivadas em próximas atividades realizadas pelo projeto.

Gráfico 2 - Distribuição de alunos por ano de ingresso



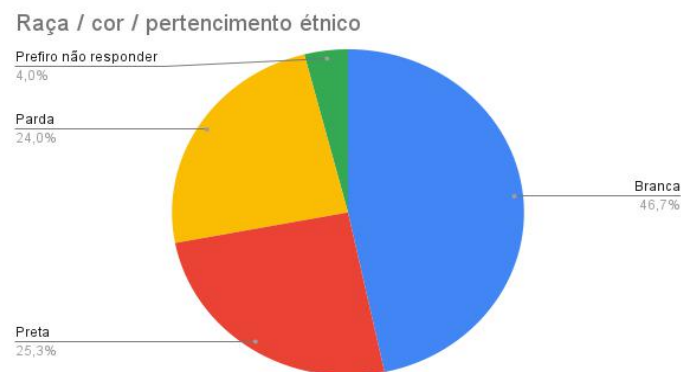
Fonte: Ressege

Raça/cor/pertencimento étnico:

Verifica-se a partir dos resultados que a maior parte dos usuários se autodeclara como negra, ao somar-se pardos (25,3%) e pretos (24%), contabilizando um total de 49,3%. 46% se autodeclara como branco, e 4% preferiram não responder.

Com estes dados, podemos concluir que o interesse pela participação no debate ocorreu de forma igualitária entre pessoas de diferentes identidades raciais, sobressaindo por 3% as pessoas pardas e pretas. A análise nesse ponto pode indicar uma afinidade com o tema proposto, a partir de estudantes de áreas correlatas, mas, também, de vivências pessoais diversas.

Gráfico 3 - Distribuição de alunos por raça/cor/pertencimento étnico



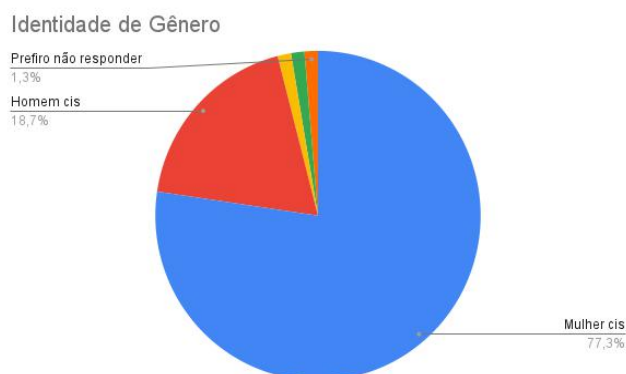
Fonte: Ressege

Identidade de gênero:

Os resultados referentes à identidade de gênero apontam uma maioria que se identifica como mulher cis (77,3%), seguido daqueles que se identificam como homens cis (18,7%). Além dos dois resultados supracitados, constituem o resultado somando 1,3% cada: não-binário, homem trans, e prefiro não responder.

A partir dessa amostragem podemos instigar duas hipóteses: 1) a presença de uma maioria feminina em cursos das áreas de ciências sociais e humanas, fato já comprovado no âmbito do Serviço Social; 2) a ausência de políticas públicas que promovam a inserção de pessoas não-cis no ensino superior, ação de extrema importância para a garantia de maiores possibilidades profissionais e econômicas para uma população marginalizada e cujas vidas se encontram no limiar da dignidade humana, não sendo eles foco das ações capitalistas, alvo do preconceito e da violência de gênero de múltiplas formas.

Gráfico 4 - Distribuição de alunos por identidade de gênero



Fonte: Ressege

Orientação Sexual:

A respeito da orientação sexual, os dados revelam que a maioria dos usuários se declaram não-hétero, tendo aqueles que se identificam como heterossexuais 37,3%. A maioria dos usuários se declarou como bissexual (41,3%), em 3ª colocação dentre as opções com maior número de respostas se encontra os pansexuais (8%), seguidos de gay (5,3%), demisssexual (2,7%), queer e lésbica (1,3% cada), os que preferiram não responder somam 2,7%.

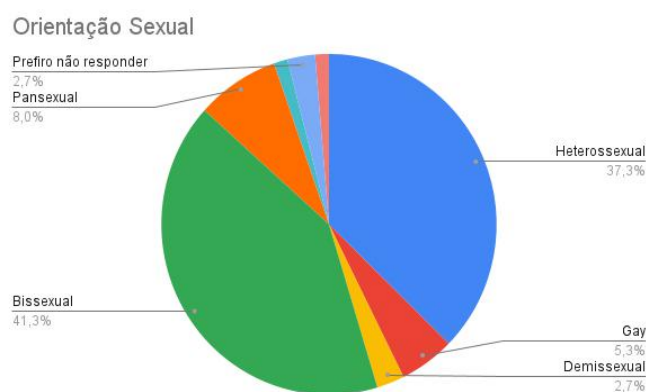
Analisando os resultados temos a constatação de uma grande maioria pertencente à comunidade LGBTI+, o que demonstra o interesse desses indivíduos de somarem esforços com

iniciativas que contribuam para a comunidade e que colocam como protagonistas esses indivíduos, pois tais ações trazem importância e legitimidade às suas vivências.

É interessante notar a expressividade de uma sexualidade plural em sua maioria, tendo a bissexualidade no topo das respostas, e a pansexualidade em 3ª colocação. Podemos refletir sobre como se dão as expressões afetivas e sexuais na atualidade, e em como a liberdade em relação aos afetos têm proporcionado um maior entendimento desses indivíduos sobre suas experiências, e em como a sociedade lida com sexualidades que englobam a atração sexual a diferentes identidades de gênero.

A predominância da bissexualidade também demonstra a contradição que existe no âmbito da representatividade bissexual nas mídias e no próprio movimento LGBTI+, sendo indivíduos com uma necessidade muito grande de autoafirmação, devido as constantes falas e ataques que deslegitimam a atração por identidades diversas.

Gráfico 5 - Distribuição de alunos por orientação sexual



Fonte: Ressege

Faixa etária:

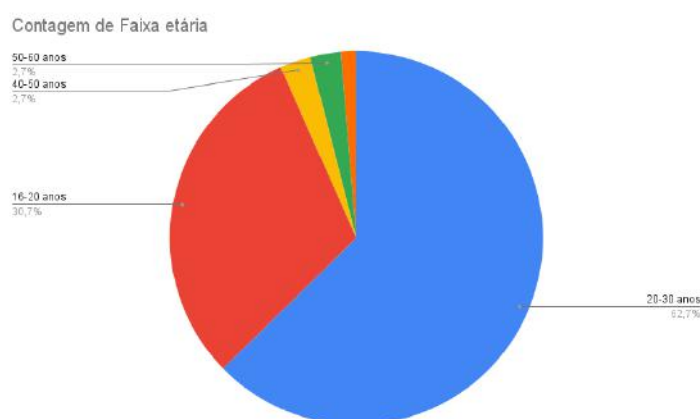
Em relação à faixa etária dos usuários, a maioria encontra-se entre 20 e 30 anos, representando 62,7% do total. As demais faixas etárias somam: 16 a 20 anos (30,7%), 40 a 50 e 50 a 60 (2,7% cada), e 30 a 40 (1,3%).

A representação de uma maioria dos usuários possuindo de 16 a 30 anos pode representar um maior interesse dos indivíduos mais jovens nos estudos de gênero e sexualidade, além da óbvia conclusão de que também são a maior parcela dos universitários.

Poderíamos relacionar a idade com a porcentagem de sexualidade, porém, nesse caso é importante validar que pessoas de variadas faixas etárias se expressam e possuem as mais variadas sexualidades e identidades de gênero, não havendo um limite geracional, de tempo ou espaço, nem regras, para sua expressão.

Também é necessário pontuar que a expressividade pequena de pessoas com mais de 30 anos pode indicar a defasagem no acesso de pessoas mais maduras, assim como de idosos, uma questão a ser discutida em todas as esferas da educação no ensino superior.

Gráfico 6 - Distribuição de alunos por faixa etária



Fonte: Ressege

Considerando os dados apresentados, pode-se concluir que, atualmente, o projeto Ressege possui um amplo território para suas ações, tendo um perfil de usuário que representa seus objetivos. Os dados nos apresentam que a maior parte dos usuários se constitui de mulheres cis, pretas e LGBTI+, em destaque as bissexuais, jovens e que ingressaram a vida acadêmica nos últimos 2 anos.

Como mencionado anteriormente, o Serviço Social brasileiro historicamente é uma profissão marcada pelo gênero, tendo em sua maioria profissionais composta por mulheres (92,92%¹¹), além de entre os profissionais do gênero masculino haver uma incidência de maioria não-hétero. Essa predominância, entretanto, não o torna isento de contradições, defasagens e desafios.

¹¹ De acordo com dados divulgados em pesquisa “Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional” (2022) realizada pelo CFESS

Temos nos últimos anos avanços em nossa profissão, com o debate do tema sendo levantado em congressos, encontros e campanhas do CFESS, como a resolução CFESS nº 489, publicações em defesa dos direitos das pessoas LGBTI+, seminários, dentre outros.

Tais atividades colaboram para uma efetividade nas ações realizadas cotidianamente com os usuários, que, em grande parte, se expressa pelo atendimento a mulheres, sejam elas mães ou não, muitas chefes de família, que vivem situações que perpassam as diferentes dimensões da realidade.

3.4 O pioneirismo da Ressege na Escola de Serviço Social da UFRJ

A Ressege, enquanto projeto de extensão vinculado à UFRJ, torna-se pioneira no âmbito da Escola de Serviço Social (ESS), ao trazer ao campo de debate um tema de extrema importância e por muitos negligenciado, como uma área de menor interesse.

Ao colocar a diversidade de gênero e sexualidade como pontos de déficit da formação profissional no Serviço Social, a Rede centraliza em destaque um tópico que por muitos é invisibilizado, tocando na ferida de uma categoria que pode se tornar egocêntrica ao tomar para si o conhecimento da análise da realidade.

O projeto de extensão tem se tornado, portanto, referência dentro de sua instituição. Além disso, colocando-se como campo de estágio, a mesma possibilita a inserção de alunos trabalhadores que vivem uma realidade complexa e particular, dificultando a inserção em campos de estágio convencionais.

Ademais, supre a demanda do corpo discente que, por muitos períodos, não encontra vagas de estágio. Logo, o trabalho de estágio híbrido proporciona flexibilidade para alunos e supervisores, além de relacionar a prática profissional com novas tecnologias de comunicação.

Outro fator importante a ser destacado é a interconexão da Ressege como campo de estágio e extensão com os integrantes de sua rede própria, contendo membros de diferentes campos de atuação, desde profissionais do SUS ao judiciário, proporcionando uma rica troca de experiências entre profissionais e estudantes, que possuem a oportunidade de conhecer e trabalhar nas mais diversas frentes, relacionando os temas do projeto em diferentes esferas da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado ao longo da presente pesquisa, é preciso compreender o passado para que seja possível ter elementos para entender o momento atual. Compreender nossa origem nos revela o caminho que foi traçado até que nossa realidade tenha se constituído, e cada passo torna-se peça fundamental para as análises, propostas e metas a serem planejadas para uma direção que torne nosso futuro diferente.

A compreensão da constituição do capitalismo e sua materialização na vida cotidiana nos possibilita elucidar as suas diversas expressões, tornando possível a capacitação para uma ação efetiva nas esferas possíveis. É fato incontestável que vivemos em uma sociedade globalizada, onde as informações são rapidamente acessadas e, do mesmo modo e com a mesma velocidade, vemos a propagação de *fake news*, assim como a influência do capital por meio das mídias digitais, porém é necessário utilizar dessas mesmas ferramentas para se fomentar uma rede de influência que produza diferenças societárias reais.

Ainda no sentido de resgate histórico de nossa constituição social, é importante valorizar uma compreensão para além da cultura europeia colonizadora, buscando-se, assim, uma reconexão com as origens de nossa civilização, a partir do olhar para os povos originários e trazendo para a atualidade seus ensinamentos, culturas, experiências, que após séculos de apagamento se mostram atuais e necessárias.

Nesse sentido, contribuir para um entendimento das vivências humanas no campo da sexualidade e da diversidade de gênero é base para uma mudança na percepção de como os relacionamentos e expressões sociais vão para além do que o capital nos permite compreender.

Estar comprometido com uma prática profissional anticapitalista e decolonial coloca-nos em uma posição antirracista, em uma prática de combate à misoginia, ao sexismo, ao machismo e a lgbtfobia que são grandes pilares para a dominação social que se tem instaurada. Por consequência, é papel das assistentes sociais ter o domínio sobre tais áreas, contribuindo, assim, para uma atividade profissional que se coloca em posição de meio emancipatório para a liberdade humana de seus usuários.

Para a materialização de um projeto ético-político, comprometido com todas as esferas da sociedade, torna-se iminente a capacitação e formação profissional plural e diversa ainda na graduação, garantindo que os assistentes sociais tenham o conhecimento necessário para trabalhar com as infinitas possibilidades de existências.

Dessa forma, em acordo com a resolução CFESS nº 489, de 3 de junho de 2006, que em seu artigo 2º consta: “o Assistente Social deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da liberdade e da necessidade do respeito dos indivíduos decidirem sobre a sua sexualidade e afetividade”, viabiliza-se a necessidade de sua concretização a partir da esfera do ensino.

Aprofundando as temáticas de sexualidade e diversidade de gênero por meio das próprias disciplinas, nos projetos de extensão, e a partir de grupos de pesquisa, incentivando ações voltadas ao corpo social da Escola de Serviço Social, poderá resultar em novas dinâmicas, que passem a associar tais elementos como fundamentais para um entendimento mais aprofundado das relações sociais e suas implicações, interseccionando com a questão racial e de classe.

Tais articulações não somente tornam os temas em evidência, como contribuem para uma diversidade de capacitações, tanto no âmbito acadêmico, quanto cultural e socialmente, dialogando com uma parcela da sociedade que luta historicamente contra a estigmatização e a marginalização, de si mesmos e de seus saberes.

Assim, propicia-se a circulação de produções acadêmicas que, devido a suas origens e ao preconceito intelectual, poderiam não encontrar diferentes espaços, restringindo-se aos seus próprios meios. É importante que se consumam pesquisadores, intelectuais e acadêmicos que pertencem a comunidade LGBT+, e se torna ainda mais importante se unir a essas vozes e em conjunto dar visibilidade aos seus chamamentos. Pessoas LGBTI+ podem e querem falar sobre diversos assuntos que vão além de suas próprias existências, porém enquanto não houver parcerias e comprometimento de toda a sociedade, se faz necessário continuar na produção de seus próprios conhecimentos.

Não obstante haver um enorme esforço por parte dos movimentos sociais, o engessamento político, social, o preconceito e o processo de invisibilidade deste segmento ainda trazem muito sofrimento para as pessoas LGBTI+.

Cumprir destacar, ainda, que as ações fascistas e anti democráticas que afloraram no cenário brasileiro dos últimos anos, motivadas pela intolerância e por um perverso conservadorismo, não têm se mostrado refratárias apenas às lutas por direitos sexuais ou às reivindicações da população LGBTI+; pelo contrário, são expressões de um ideário que defende ou patrocina outras iniciativas nefastas, como a redução da maioria penal, o estatuto da família e do nascituro, as perseguições a religiões de matriz africana e a supressão de direitos para mulheres e indígenas (TRINDADE, 2019).

Uma das frentes dessa preocupante ofensiva reside na tentativa de rompimento da laicidade do Estado, com a consequente imposição de valores fundamentalistas religiosos à população (TRINDADE, *idem*).

Ademais, essa conjuntura nefasta, neoconservadora e reacionária por que passa o país nos últimos anos leva novamente às minorias sexuais a lutarem não apenas por direitos civis, políticos e sociais, mas, para serem “reconhecidas como pessoas”, nos termos assinalados por Flavia Teixeira (2013). Dito de outro modo, mulheres e homens trans, por exemplo, estão lutando diuturnamente para não serem mortas e por sua sobrevivência e integridade física e emocional (TRINDADE, *ibidem*).

Para Trindade (2019), nesse cenário de riscos, crises e incertezas – fruto de uma sociedade vincada por pelos preconceitos de diversas ordens e pela discriminação social –, tem sido cada vez mais difícil para as pessoas LGBTI+ serem efetivamente titulares de direitos plasmados no ordenamento jurídico.

Concretiza-se, portanto, a urgência de novas ações que englobem os temas aqui mencionados, atendendo uma demanda de um corpo discente tão diverso e que tem se mostrado interessado no aprofundamento de suas questões. Como dito anteriormente, nas contribuições de gênero e sexualidade podemos pensar e elaborar novas possibilidades para uma visão crítica da sociedade contemporânea por meio do Serviço Social.

É importante mencionar, ainda, que este trabalho teve tão somente o intuito desprezioso de refletir e provocar reflexões sobre categorias essenciais à nossa formação, tais como: gênero, relações de gênero, raça e classe, violência de gênero, dentre outras, considerando as subjetividades de tais discussões.

A partir dos dados apresentados aqui, demonstrou-se a importância de se voltar os olhos para que essas pessoas deixem de ser estigmatizadas. Permitir encarar as diferenças influencia positivamente na saúde da população, principalmente, no que diz respeito a um grupo que é constantemente sexualizado e jogado para “debaixo dos panos” como se fosse algo inapropriado e vulgar. Apenas em 2019, a plataforma do Google garantiu que seu algoritmo não associaria a palavra “lésbica” à pornografia, apenas para citar um exemplo.

Ainda em tempo, dedico este espaço para citar a importante influência que a RESSEGE e a UFRJ proporcionaram em meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Como muitos alunos, cheguei bastante tímido e receoso com meus conhecimentos prévios, com o medo de errar e de estar em posições de destaque ou de me expor.

Entretanto, as indagações e estímulos da pesquisa nas atividades de estágio, em um projeto de extensão, lendo e debatendo sobre sexualidade, gênero e os fundamentos que tornam nossas individualidades existentes, oportunizaram a cada dia novas possibilidades, inspirando-me e trazendo novas elucidações sobre as muitas questões que em mim residem e ampliando, sobremaneira, os meus horizontes.

Cabe aqui destacar, também, a importância de existir coordenadores(as) e professores(as) que estimulam e oferecem aos alunos possibilidades e ferramentas para alcançar maior autonomia acadêmica, algo que se torna ainda mais necessário quando se aspira prosseguir nesta carreira, além é, óbvio, da inserção profissional, sendo capacitados para defender suas convicções e lutar por uma prática profissional alinhada a suas causas. Certamente, o trabalho realizado na Ressege me fortaleceu, me inspirou e continua me proporcionando referência e conhecimento para transformar minha realidade e de outras pessoas, alcançando mais profissionais e estudantes que, por vezes, se encontram da maneira como um dia já me encontrei.

Por fim, ainda que esta pesquisa não esgote o tema, pode servir como parte da discussão que demonstra as fragilidades a que estão submetidas as pessoas LGBTI+. Assim, esperamos que também sirva como ferramenta de consulta para outros(as) estudantes interessados(as) na temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. **Corpo e gênero: articulando um debate**. Revista Em Pauta, n.28, dez. 2011, p. 17-27.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo estrutural? (Coleção Feminismos Plurais)**. Belo Horizonte (MG): Letramento, Justificando, 2018.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações**. *Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações*. Psicologia Ciência e Profissão, v. 22, n. 2, p. 70-77, junho de 2001.

ARUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. (2019). **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão**. Tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.

BERTOLLO, Kathiúça. **Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social**. Alemur, vol. 6 (2021), p. 148-163.

BORGES, Marianne Raquel Bonfim; SOUZA, Stefany de Carvalho; BARBOSA, Liana Dantas da Costa e Silva; SILVA, Maria Enoia Dantas da Costa e. **Avaliação da implementação do Plano Nacional de Saúde Integral LGBT: Revisão Integrativa**. Research, Society and Development, v. 9, ed. 11, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9612/8599> . Acesso em setembro de 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. Brasília; 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 9ª edição, 2015, 287 p.

CADÓ, Iriana. **Da produção à reprodução: um olhar do feminismo crítico para o trabalho das mulheres**. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (Org.). Os desafios do feminismo marxista na atualidade. 1ª ed. – Chapecó, Coleção Marxismo 21, 2020.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel de. **O capitalismo tardio**. 9º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, 17 (49), 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2023.

_____. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – UNICAP, 2020, p. 01-11.

COUTINHO, Carlos Nelson. **As categorias de Gramsci e a realidade brasileira.** In: Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Mulheres, cultura e política.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2004.

_____. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo.** São Paulo. Editora Boitempo, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Globo, 2006.

_____. **O negro no mundo dos brancos.** 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FLEURY, Sônia. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Revista Ciência & Saúde Coletiva.** Vol. 14 nº3. Rio de Janeiro. Maio/Junho 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

FRASER, Nancy. Como o feminismo se tornou servo do capitalismo. Artigo original publicado pelo The Guardian, 2017. Disponível em: <https://caterinas.info/como-o-feminismo-se-tornou-servo-do-capitalismo-e-como-reconquista-lo/>. Acesso em 16 de novembro de 2023.

_____. **A crise do cuidado vista a fundo.** Outras Palavras, 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/nancy-fraser-a-crise-do-cuidado-vista-a-fundo/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica.** São Paulo: Boitempo, 2020. 252p.

GOMES, Camila de Magalhães. **Gênero como categoria de análise decolonial.** Dossiê: Gênero e sexualidade. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** In: **Revista Katálysis.** v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GONZÁLEZ, Lélia. **A Mulher Negra na Sociedade Brasileira**. In.: O lugar da mulher sobre a condição feminina na sociedade atual. Edições Graal, 1982.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.), 1ª edição, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2020.

HENRIQUES, Cibele. **Racismo colonial: trabalho e formação profissional**. Rio de Janeiro. Morula Editorial. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Questão social no capitalismo**. In: Temporalis, Revista da Associação Brasileira e Pesquisa em Serviço Social, ano II, nº 3, 2ª edição, 2001, Brasília, ABEPSS, Graflin.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: direitos Sociais e competências profissionais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. **A questão social**. Revista USP, setembro, outubro e novembro. São Paulo, 1997.

KALIL, Isabela; CORRÊA, Sonia. **Políticas antigênero na América Latina**. 1º edição. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids – ABIA, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LIMA COSTA, Claudia de. **Feminismos descoloniais para além do humano**. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 929-934, 2014.

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo: entre civilização e barbárie**. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, nº. 22, vol.3, set/dez. 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Cinco notas a propósito da questão social**. In: Revista Temporalis, ano 2, nº3, Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. A universidade brasileira. In: **Revista de Educación Superior**, nº22, México, abril/junho 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1977/06/41.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2024.

MARX, Karl. **A lei geral da acumulação capitalista**. In: O capital. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MBAH, Sam; IGARIWEI, I. E. (2018). **Anarquismo Africano: a história de um movimento**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTT, Luiz. **História cronológica da homofobia no Brasil: das capitâncias hereditárias ao fim da Inquisição (1532-1821)** IN: MAIOR, Paulo Souto e QUINALHA, Renan (org.). Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil. São Paulo. Editora Elefante. 1ª edição, Junho de 2023.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. In: Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. São Paulo: 1983.

_____. **Influência da escravidão negra na estrutura e comportamento da sociedade brasileira**. In: Raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1984.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª edição. São Paulo. Editora Perspectiva, 2019.

NAPOLITANO, Priscila Gomes da Silva. **A Invisibilidade de Mulheres Lésbicas na Atenção Primária: algumas contribuições para a atuação profissional crítica de assistentes sociais na saúde**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Orientadora Mably Trindade. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, julho de 2023.

NETTO, José Paulo. **“La crítica conservadora a la reconceptualización”**. Acción Crítica, 1981. Lima. Celats.

_____. **Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, n. 50, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964 – 12ª – ed. –** São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **Uma breve história da UFRJ**, 2019. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2019/09/uma-breve-historia-da-ufrj/>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. **Homoerotismo, sodomia e vida cotidiana no Brasil colonial (séculos XVI-XVIII)** IN: MAIOR, Paulo Souto e QUINALHA, Renan (org.). *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*. São Paulo. Editora Elefante. 1ª edição, junho de 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RIBEIRO, Djamilá. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras; 1ª edição, 2018.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres. Notas sobre a “Economia Política” do sexo**. 1975.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: MARTÍN-CASTILLO, M; OLIVEIRA, S de (Orgs.). **Marcadas a ferro: violência contra mulher: uma visão multidisciplinar**. Brasília: SPM, 2005.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “Questão Social” no Brasil: elementos para o debate. **Dossiê: A “Questão Social” Temas & Matizes - vol. 9 - nº 17 – Primeiro Semestre de 2010**. pp. 125-150. ISSN: 1981-4682 (versão eletrônica). Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4707>. Acesso em 17.06.2024.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade, v. 16, n.2. Faculdade de Educação, UFRGS. Porto Alegre. 1990. p. 57-69.

SILVA, Isabela Feitosa da. **Bela, Recatada e do Lar: a influência das dinâmicas patriarcais e capitalistas na vida das mulheres**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Orientação: Mably Trindade. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, dezembro de 2023.

SOARES, Rachel C. Governo Temer e contrarreforma na política de saúde: a inviabilização do SUS. **Revista Argumentum**. Vitória, v. 10, n.1, p. 24-000, jan./abr. 2018.

SODRÉ, Néelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Belo horizonte: Oficina de Livros, 1990.

TONIOLO, Charles. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 119-132, 2008.

TRINDADE. Mably. **A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro**. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Em Busca de Reconhecimento: limites e desafios dos processos de requalificação civil de pessoas trans no Rio de Janeiro.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2019. 346 f.

_____. **Interseccionando Gênero, Raça e Diversidade Sexual: considerações sobre a produção intelectual no Serviço Social Brasileiro.** ENPESS, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo. Ubu Editora. 2020.

VIEIRA, A. C. DE S. **Política de saúde e HIV: Direito à saúde e reformas regressivas.** Argumentum, v. 10, n. 1, p. 72, 28 abr. 2018.

ZANATA, E. M. **Documento e Identidade: o Movimento Homossexual no Brasil na Década de 80,** Cadernos AEL, n. 5/6, 1996. 220 p.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 1(1), 2010, 07–17.

Sites Consultados:

BOLZANI, Isabela. “**Oito em cada 10 mulheres vivem dupla jornada de trabalho com afazeres domésticos e cuidados, diz pesquisa**” in:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/09/oito-em-cada-10-mulheres-vivem-dupla-jornada-de-trabalho-com-afazeres-domesticos-e-cuidados-diz-pesquisa.ghtml> . Acesso em: 14/05/2024

DIEESE. <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html> . Acesso em: 20/05/2024